

emergentes da Ásia . Nos EUA, a tendência é a mesma ainda que com taxas anuais menores.

Esta diferença da demanda de trabalho em termos de qualificação tem sido objeto de grande controvérsia sobre as repercussões das mudanças que passam a ocorrer na produção sobre o mercado de trabalho, com uma elevação da participação dos produtos intensivos em trabalho mais qualificados que deslocaria a demanda de trabalho deste segmento fazendo o ajuste. Nos EUA, como os salários são mais flexíveis, o resultado, para estes autores²²², tem sido um aumento da desigualdade de renda com aumento dos salários dos trabalhadores qualificados e redução dos menos qualificados. No caso da Europa, com salários mais rígidos, o ajuste se dá no nível de emprego, aumentando a taxa de desemprego dos menos qualificados.

Há alguns estudos²²³ que concluem afirmando que não houve significativa diferença no aumento da taxa de desemprego, tanto para os não-qualificados, como para os qualificados na Europa, de forma que a desigualdade salarial só em pequena parte pode ser explicada pela hipótese de mudança da demanda do mercado de trabalho por tipo de qualificação. O outro aspecto do argumento também pode ser contestada quando se observa, por exemplo, que os salários do decil inferior da distribuição de renda não caíram na Alemanha, enquanto caíram significativamente nos EUA, como se pode ver na Tabela 10. Nos três países, no entanto, os rendimentos do nono decil da distribuição de renda aumentaram durante os anos 80.

²²² Krugman, 1997, por exemplo.

²²³ Nickell and Bell, 1996, pp. 307.

Tabela 10 Índices de salário real deflacionados por preços ao consumidor

Anos	EUA		Alemanha		Reino Unido	
	D1 ¹	D9 ²	D1 ¹	D9 ²	D1 ¹	D9 ²
1983	93	100	100	100	100	111
1984	89	101	103	105	101	111
1985	89	103	110	109	101	111
1986	91	105	114	113	104	112
1987	88	104	119	115	105	112
1988	90	104	123	120	107	113

Notas: 1. Primeiro decil; 2. Nono decil. Fonte: Nickell e Bell, 1996, p. 305.

A controvérsia sobre o papel da demanda por trabalho qualificado no aprofundamento da desigualdade salarial está relacionada com o impacto das tecnologias novas sobre este mercado. Os que argumentam a favor de um movimento quase “natural” das tecnologias na redução do emprego e no viés em direção aos mais qualificados minimizam o papel das políticas macroeconômicas sobre a questão, reduzindo portanto o espaço de políticas alternativas.

Deve-se destacar, no entanto, que o fenômeno empírico que se observa nos EUA principalmente é a queda dos salários dos menos qualificados e a elevação dos mais qualificados. No entanto, este padrão de comportamento difere quando a qualificação é decomposta em termos de tempo de serviço, escolaridade e outras qualificações²²⁴. O tempo de serviço está associado à idade dos trabalhadores, que tem aumentado por razões demográficas e não como resultado das alterações no perfil da demanda de trabalho. A escolaridade apresenta movimentos cíclicos, muito mais sensíveis a estes reflexos da dinâmica do produto setorial, porém não têm um movimento consistente ao longo do tempo, deixando para as “outras qualificações” uma grande parte da explicação do chamado aumento do retorno ao conhecimento.

INFLAÇÃO E DESEMPREGO REVISITADOS NOS ANOS NOVENTA

Estas mudanças no mercado de trabalho aprofundam as clivagens entre os movimentos do desemprego, da produção e dos preços. Os anos 90 contrariam

²²⁴ Chinhui, Murphy and Pierce, 1993.

novamente as expectativas dos modelos teóricos com taxas de inflação declinantes e diversas respostas das taxas de desemprego: crescentes na Europa e Japão e decrescentes nos EUA. Uma das estimativas mais recentes das taxas de desemprego que seriam compatíveis com uma taxa de inflação estável pode ser vista na Tabela 15.

Tabela 11 Taxa de desemprego medida e NAIRU estimada. Alguns países da OECD 1997

Indicadores Países	Taxa medida ¹	Taxa padronizada ²	NAIRU ³
EUA	4,9	4,9	5,0
Japão	3,4	3,4	2,8
Alemanha	11,5	10,0	8,9
França	12,5	12,4	9,5
Itália	12,3	12,1	9,7
Reino Unido	5,5	7,0	6,7
Canadá	9,2	9,2	8,4

Notas: 1. Calculada nacionalmente; 2. Definição internacional de desemprego aberto; 3. Estimada pelo staff do FMI. Fonte: IMF, 1998.

Não somente as NAIRU's diferem entre os países como o seu movimento em relação a conjunturas semelhantes apresenta trajetórias diversas que refletem situações institucionais distintas entre os mercados de trabalho dos vários países, especialmente no que se refere aos processos de transmissão dos impactos das mudanças do mercado de produto, para o mercado de trabalho e vice-versa.

As explicações voltam-se tanto para analisar a natureza da dinâmica dos preços nas economias modernas, como para estudar os mecanismos de determinação dos níveis de emprego e as características da demanda e da oferta de trabalho nestes tempos.

Stiglitz²²⁵, por exemplo, chama a atenção para as mudanças da composição demográfica da PEA em termos de envelhecimento e participação das mulheres, mudanças no movimento da produtividade do trabalho e expectativas salariais dos trabalhadores e aumento da competitividade

²²⁵ Stiglitz, 1997, p. 6-8.

internacionais como elementos explicadores desta quebra de associação esperada entre desemprego e inflação nos anos 90.

Blanchard e Katz²²⁶ destacam que a história passada da própria taxa de desemprego mantém altas as NAIRU's, -histeresis²²⁷- mesmo que a inflação caia. A histeresis resulta do crescimento do desemprego de longo prazo, com seus impactos sobre a perda de habilidades e dificuldade de retorno à ocupação, além da pressão sobre o sistema de previdência, que tende a aumentar o seguro-desemprego, mantendo os desempregados por mais tempo nesta condição. Esta explicação, especialmente para as altas taxas de desemprego na Europa tem um componente tautológico e escassa comprovação empírica.

Se os grupos demográficos apresentam NAIRU's diferentes, a mudança da composição da PEA por estes grupos deve provocar alteração na "taxa natural" agregada, explicando porque o envelhecimento populacional, aumentando a participação na PEA de grupos etários menos desempregados, provoca uma contração da taxa global. Isto, no entanto, não explica as diferenças de comportamento de economias como a japonesa e europeia, que passam pelo mesmo processo de aumento da idade média, sem que isto se reflita em queda do desemprego.

Há evidências²²⁸ também que a taxa de participação das populações mais idosas no Japão, que projeta mais de um quarto de sua população com idade superior a 65 anos em 2020, são bastante superiores a estas taxas para os EUA e Europa, ainda que esta diferença venha se reduzindo. Em 1992, a taxa de participação das pessoas entre 60 e 64 anos de idade era de 75% no Japão, 55,1% nos EUA, 54,2% no Reino Unido, 37,2% na Itália, 35,0% na Alemanha e 18,0% na França.

²²⁶ Blanchard e Katz, 1997, p. 68-69.

²²⁷ Blanchard e Summers, 1988.

²²⁸ Seike 1997.

Além da mudança da composição da PEA em termos de grupos etários, há também modificações da participação das mulheres que permanecem economicamente ativas ao longo dos seus ciclos de vida, aumentando a oferta de trabalhadores. Este fenômeno, no entanto, não se limita aos anos 90, estando presente e crescente nesta segunda metade do século XX.

Por outro lado, os dados parecem indicar um crescimento simultâneo do desemprego e emprego, especialmente no Japão e EUA, como se pode ver na Tabela 12, onde também se pode observar a estabilidade das taxas de desemprego da Europa desde 1985, ainda que ligeiramente declinantes na segunda metade dos 90.

Tabela 12 Taxas de crescimento do emprego e taxas de desemprego OECD

Anos Países	1985-1995		1996		1997		1998 ³	
	$\Delta\%$ ¹	U ²	$\Delta\%$ ¹	U ²	$\Delta\%$ ¹	U ²	$\Delta\%$ ¹	U ²
Japão	1,1	2,5	0,5	3,4	1,1	3,4	-0,1	4,1
EUA	1,5	6,3	1,4	5,4	2,2	4,9	1,5	4,5
OECD Europa	0,6	10,5	0,6	10,2	0,8	9,9	1,0	10,3
EURO	0,4	11,4	0,3	11,2	0,6	10,9	0,9	11,8
Total OECD	1,1	7,5	1,1	7,2	1,7	7,1	0,9	6,9

Notas: 1. Taxa de crescimento do emprego; 2. Taxa de desemprego; 3. Projeção para 1. e IMF, 1998 para a taxa de desemprego. Fonte: OECD, June 1998.

O argumento referente aos movimentos da produtividade do trabalho e das expectativas sobre salários dos trabalhadores justifica a manutenção de salários altos defasados do comportamento da produtividade declinante. Apesar da queda da produtividade, os salários ficariam altos por um tempo, impedindo o ajuste no mercado de trabalho via emprego, advogam os defensores deste argumento, sobre os efeitos das expectativas no comportamento deste mercado.

Os dados da Tabela 13, ao contrário, sugerem que o custo unitário do trabalho, que representaria um indicador global da produtividade do trabalho está crescendo a taxas menores na segunda metade dos anos noventa, especialmente no Japão e na Europa. Isto indicaria um aumento relativo, e não uma queda da produtividade do trabalho nestes anos, que estimularia as expectativas salariais para cima e não para baixo.

mais qualificados reflete o fornecimento de produtos intensivos em mão-de-obra menos qualificada de países periféricos, que força a queda dos salários deste tipo de trabalhadores no centro, ampliando a desigualdade da distribuição de renda. As evidências empíricas, para os EUA, por exemplo, contestam esta afirmação, encontrando-se apenas um pequeno efeito das importações sobre o crescimento da desigualdade de renda²²⁹.

Um outro aspecto desta questão refere-se à tendência acelerada nos países centrais de aumentar a participação de produtos *non-tradables* como educação, serviços em geral, gastos governamentais, seguros, investimentos imobiliários, comércio no atacado e varejo²³⁰ na composição do seu produto.

Muitos atribuem a resistência à queda do desemprego europeu à rigidez do seu marco regulatório, quando comparado com os EUA, justificando-se amplamente as políticas de flexibilização do mercado de trabalho, sob a justificativa de que isto poderia aumentar o emprego. Restrições às demissões trazem três grandes conseqüências –emprego maior que desejado pelas firmas, redução da produtividade do trabalho dos que permanecem ocupados, diminuição da disciplina²³¹.

Outros²³² chamam atenção para os fundamentos que podem justificar os modelos - o ambiente econômico, as condições de equilíbrio e as hipóteses comportamentais – para explicar porque os anos noventa não são coerentes com as previsões do modelo NAIRU, a não ser que se admite sua contínua mudança, desta vez para baixo nos EUA e para cima nos países da Europa e no Japão. O ambiente econômico se modifica com as novas tecnologias da informação, o declínio da regulação, o aparecimento de mercados financeiros emergentes e a internacionalização produtiva²³³. As condições de equilíbrio mudam com a crescente separação entre fluxos financeiros e fluxos reais e as

²²⁹ Slaughter e Swagel, 1997, p. 78.

²³⁰ Rowthorn e Ramaswamy, 1997, p. 69-70.

²³¹ Blanchard e Katz, 1997, p. 58-59.

²³² Rogerson, 1997, p. 77.

hipóteses comportamentais se alteram para incluir decisões conjuntas no âmbito familiar²³⁴, redução do estado de bem-estar. Se os fundamentos são distintos, o modelos perdem seu poder preditivo.

Bean²³⁵, ainda na primeira metade dos anos noventa, enunciava oito grandes causas para o alto desemprego europeu:

Impactos da política econômica sobre a demanda, especialmente nos efeitos sobre relações entre salário nominal e preços;

Queda do crescimento da produtividade, provocada pela redução dos investimentos e pela perda da produtividade total dos fatores, que não se rebatem sobre os salários;

Tarifas, câmbio e produtos importados que levaram a Europa a perder termos de intercâmbio, ainda que o Japão tenha perdido ainda mais e mantenha taxas de desemprego bem menores;

Aumento da Carga Tributária, mesmo que isto não seja específico da Europa;

Militância sindical, que já vinha caindo desde os anos 70;

Aumento dos benefícios do seguro-desemprego que protege o cidadão na situação de desempregado por mais tempo;

Desequilíbrios entre ocupações disponíveis e demandadas, levando ao *mismatch* que caracteriza as situações de excesso de oferta e demanda simultâneos e

Ambiente institucional incapaz de adaptar-se as turbulências, com mecanismos de proteção ao emprego e regulação de salário mínimo.

Modificações nas relações entre salários nominais e preços aconteceram de formas distintas entre os países na década de noventa, refletindo diferentes custos de redução das variáveis nominais, em função das características de funcionamento dos diversos mercados e, especialmente no mercado de trabalho, do grau de contratualidade e de inércia dos salários. Porém estas diferenças não são suficientes para explicar a grande dispersão das taxas de desemprego observadas.

No que se refere à relação entre salário e produtividade, a sua queda deveria provocar um efeito dinâmico de redução progressiva das expectativas de ganhos que, conjuntamente com o ambiente de redução do poder dos

²³³ Sargent e Ljunquist, 1998.

²³⁴ No concernente a oferta de trabalho de crianças e decisões conjuntas sobre trabalho do chefe e conjugue, além da substituição do sistema de previdência por transferências intra-familiares.

²³⁵ Bean, 1994.

sindicatos nos processos negociais levaria à diminuição da pressão dos custos do trabalho para a elevação dos preços, descolando o mercado de trabalho do mercado de produtos. Este raciocínio, no entanto, não explica o que ocorre quando a produtividade cresce e os salários continuam baixos, a não ser pela introdução *ad hoc* de estrutura de defasagens.

Por outro lado, a militância sindical e seu poder de barganha dependem do grau de generalização das negociações coletivas, do seu grau de centralização e poder das centrais sindicais versus sindicatos locais e da capacidade dos sindicatos de captarem apoios externos às suas respectivas corporações. Estas características também são muito dispares entre os países, não havendo claramente diferenças em suas tendências nos anos noventa, que sejam distintas substantivamente do que já se apontava nos anos oitenta.

A competição internacional se intensifica ainda que haja uma certa substituição de mecanismos de proteção dos mercados nacionais, reduzindo-se as barreiras fiscais e aumentando-se as restrições não-tarifárias, sugerindo que esta maior competitividade internacional é mais localizada, do que generalizada para todos os tipos de produtos.

Os itens 3 e 4 acima mencionados têm uma forte conotação keynesiana no sentido de que o desemprego alto seria resultante de deficiências da demanda agregada, provocada por opções de política econômica. Nos anos 90, nos países centrais, observou-se um relaxamento das políticas monetárias restritivas, uma mudança no câmbio, que diminuiu a capacidade exportadora dos países mais próximos da capacidade plena e neutralizou as pressões salariais dos EUA, com o fortalecimento do dólar, e um pequeno efeito das crises localizadas a partir da Ásia, especialmente com a estagnação do crescimento do Japão. Esta situação deveria fazer crescer o emprego e reduzir o desemprego, uma vez que, apesar de em taxas menores do que em outros períodos, o PIB destes países²³⁶ acelera seu crescimento em 1998, conforme apresentado na Tabela 13.

²³⁶ De novo, com a exceção japonesa.

As informações macroeconômicas, portanto, com seu componente ligeiramente expansivo poderiam sugerir um impacto de elevação de preços e redução de desemprego, movimentos contrários ao que tem ocorrido nestes anos da segunda metade da década.

Se não há bases explicativas sólidas na avaliação das variáveis de política econômica, deslocam-se as análises para os elementos constitutivos da oferta de trabalho com ênfase na mudança dos sistemas previdenciários que buscam reduzir o tempo do seguro-desemprego²³⁷ e adiar o tempo de aposentadorias, como formas de criar pressões para diminuir o tempo de procura por novo trabalho e aumentar o custo de oportunidade da perda do emprego para os que continuam ocupados, tendo como resultado queda dos salários nominais, para viabilizar a expansão do emprego.

Este argumento é de escassa base empírica, apesar das evidências de estudos localizados, especialmente nos EUA, que mostram os efeitos redutores do tempo de procura por emprego, quando o seguro-desemprego é diminuído. Por outro lado, a expansão do tempo de trabalho ativo, apesar de reduzir o custo fiscal dos sistemas de previdência, agrava o problema do desemprego pela manutenção em seus postos de pessoas por mais tempo.

Por fim, o aparato institucional vem sendo forçado a modificar-se, principalmente na Europa, com a institucionalização de novas formas de contrato de trabalho, com o objetivo de flexibilizar as relações trabalhistas, buscando deslocar os ajustes do mercado de trabalho da ocupação, para movimentações das jornadas e dos rendimentos.

Este processo tem levado a variados arranjos relativos ao trabalho temporário, subcontratação e terceirização, expansão do trabalho domiciliar e das atividades de conta própria, que reduzem os laços entre o volume de produção agregada e o nível de emprego da economia. Além destes movimentos de

²³⁷ Layard, 1997

flexibilidade externa²³⁸, também são observadas várias transformações no âmbito interno das unidades produtivas com o aumento da flexibilidade funcional, - com multitarefas, polivalência e novas formas de trabalho, - salarial – aumento das remunerações variáveis, pagamentos a grupos e pagamentos por produção, - e de horas trabalhadas. Do ponto de vista macroeconômico, estes processos se refletem na rapidez dos ajustes físicos do emprego e dos salários, em respostas a choques externos.

O fato é que os anos 90 apresentam novos problemas que os modelos de relacionamento entre os preços, a taxa de desemprego, as expectativas e a produção não são capazes de dar respostas. Neste sentido, os modelos não explicam, por exemplo, por que apesar do acelerado declínio da sindicalização, da crescente desregulamentação dos mercados e da privatização dos setores, com liberalização ascendente dos fluxos de comércio, a taxa de desemprego teima em permanecer elevada na Europa, de forma mais persistente do que nos EUA. Não explica também porque os períodos recessivos da economia européia elevam sistematicamente os patamares de desemprego, enquanto nos EUA a recuperação econômica reduz a taxa de desemprego para os níveis anteriores da recessão²³⁹.

Japão: um caso especial?

A situação japonesa merece um comentário especial não só pela importância da economia deste país no mundo contemporâneo, como pela profunda influência que suas políticas de gestão do trabalho tiveram na reestruturação produtiva que se generalizou no final dos anos oitenta e inícios dos anos noventa.

Dois elementos chaves organizavam o sistema de relações de trabalho no Japão: o emprego permanente e os salários por antiguidade. Estes dois pilares

²³⁸ Ramos, 1993.

²³⁹ Snower, 1997.

vinham já sofrendo forte oposição desde o início dos anos 90²⁴⁰. Estas relações permitiam um emprego de mais longa duração, possibilitando a internalização dos investimentos em treinamento em processos tecnológicos em que o conhecimento específico ainda era bastante importante, mas que poderia ser transferido quando os trabalhadores se deslocassem das empresas. Maior tempo de serviço portanto, dava ao capital mais segurança de obter retornos sobre o treinamento custeado e, para os trabalhadores, o salário vinculado ao tempo de serviço o estimulava a ficar na mesma empresa.

As novas tecnologias mais recentes, no entanto, crescentemente exigem conhecimentos mais generalizados dos trabalhadores, diminuindo a vantagem relativa do sistema de emprego de longo prazo no que se refere à apropriação dos investimentos em treinamento específicos, uma vez que estes necessariamente precisam trabalhar sobre conhecimentos que extrapolam as práticas específicas de cada firma. Além disto, o papel da supervisão se modifica e o pagamento por mérito aumenta a sua aplicabilidade no estímulo da produtividade dos trabalhadores, erodindo as duas bases fundantes do sistema de relações de trabalho no Japão.

Por outro lado, estas relações de trabalho reduzem a rapidez de respostas do mercado às flutuações macroeconômicas, diminuindo os ajustes no nível de emprego e intensificando os movimentos nas horas trabalhadas e salários pagos. Além disto, há uma inerente elevação dos custos salariais totais se a população trabalhadora envelhece e permanece mais tempo ocupada. Em sua fase de implantação, na década de 50, a maioria dos trabalhadores era mais jovem e com menos anos de serviço, situando-se nos degraus iniciais das carreiras, adiando os ganhos salariais para os anos futuro, ao tempo em que o seu aumento de produtividade permitia uma acumulação de margem sobre a folha de pagamentos crescente e positivamente associada ao crescimento desta produtividade.

²⁴⁰ Azevedo e Menezes, set. 1995 e Azevedo e Menezes, Jan-Mar. 1996.

A partir dos Acordos de Plaza de 1985²⁴¹, pressionando para a abertura do mercado japonês à concorrência internacional, a situação se altera acelerando-se as mudanças nos anos noventa, simultaneamente à apreciação do yen e recessão batendo à porta da economia do Japão. A partir de 1991 crescem as restrições às horas-extras, reduzindo a média de 246 horas extras/ano por trabalhador de firmas com mais de 500 empregados, em 1989, para 153 horas, em 1993²⁴². A partir de 1993 são estimuladas as dispensas por tempo determinado e as transferências de fundos de pensão entre as empresas o que acaba por estimular a mobilidade dos trabalhadores entre as empresas. Tem também aumentado o emprego temporário²⁴³ e a terceirização²⁴⁴ - ainda que de forma muito mais limitada do que nos países do ocidente.

O perfil etário da distribuição dos salários no Japão mostra que as pessoas com mais de 10 anos de serviço apresentam ganhos substanciais em relação aos trabalhadores com menos tempo de serviço. Nos anos 90, um grande ajuste ocorreu com um declínio das novas admissões e uma redução do pessoal de meia-idade e mais tempo de serviço, através de políticas de aposentadorias precoces, que no entanto encontram limites no aumento do custo atuarial sobre o sistema de pensões. Por um lado, pretende-se baixar a folha de pagamentos estimulando-se a saída voluntária dos mais velhos, porém, por outro, isto não pode continuar porque o sistema previdenciário tem dificuldades de pagar as aposentadorias. Outra maneira utilizada para reduzir este custo da folha de pagamentos tem sido a diminuição dos pagamentos por antiguidade, sem estímulo da saída precoce o que tem agravado a situação social das famílias mais velhas.

²⁴¹ Ver nota 240.

²⁴² Higuchi, 1997, p. 32.

²⁴³ De 8,1% dos ocupados de 1975 para 17,4% em 1994. Higuchi, 1997, p. 42.

²⁴⁴ Postos de trabalho para toda a indústria japonesa cresceram de 1,23 vezes de 1977 a 1992. Os postos sub-contratados cresceram 2,6 vezes, no mesmo período. Higuchi, 1997, p. 46.

Apesar disto, há também sinais de avanço do sistema de regulação do emprego para o segmento de pequenas e médias empresas que servia como colchão amortecedor para os movimentos cíclicos com maior resposta tanto ao nível da ocupação, como dos rendimentos. A Labor Standard Law, de abril de 1997, por exemplo, obriga as empresas a oferecer emprego com jornada de 40 horas e cinco dias por semana, reforçando a tendência já demonstrada com o aumento da proporção de pequenas e médias empresas que assim agiam, pelo menos uma vez por mês, que passa de 78% em 1987, para 96%, em 1995, ao passo que as empresas que só têm este regime de trabalho passam de 7% para 26%, no mesmo período²⁴⁵. Por outro lado, as políticas do governo continuam desestimulando as demissões, ampliando inclusive os subsídios para os salários pagos por firmas que não fizerem demissões.

Como tendência geral, no entanto, pode-se dizer que os conflitos entre manter o sistema de relações de trabalho mais regulado e a sua flexibilização tem pendido para a segunda opção, ainda que em ritmo lento. Isto tem se refletido em aumento da taxa de desemprego, ampliação da rotatividade dos postos de trabalho e perda de rendimentos dos trabalhadores, sem que a ocupação tenha dado significativas respostas.

Os dados macroeconômicos do Japão, apresentados na Tabela 14, mostram a perda do dinamismo do crescimento, com exceção de 1996, se levadas em conta as altas taxas de crescimento anteriores²⁴⁶, ainda que venham declinando continuamente desde finais dos anos sessenta. Esta redução do crescimento ocorre, apesar da expansão dos gastos públicos representada pelo aumento do déficit fiscal como proporção do PIB e da política monetária expansionista, que aumenta M1 em ritmo superior aos preços, a partir de 1994 e da queda das taxas básicas de juros. Convém destacar, no entanto, a grande redução dos gastos públicos depois de 1995, quando o terremoto de Kobe

²⁴⁵ Bayouini, Towe, Morsink, Oishi e Levy, 1998, p. 21.

²⁴⁶ O PIB japonês vem perdendo dinamismo, com crescimento médio de 9% ao ano de 1960 a 1965, 11% de 65 a 70, 4,5% de 70 a 75 e de 75 a 80, 3,8% de 80 a 85 e 3,5% de 85 a 93. Higuchi, 1997, p. 44.

levou a um investimento público da ordem de 10% do PIB japones, no segundo trimestre de 1996, caindo drasticamente a partir daí, quando também os impostos sobre o consumo aumentaram, deprimindo a demanda interna²⁴⁷.

O movimento do balanço de transações correntes como proporção do PIB sugere um aumento da importância do mercado interno, na dinâmica de crescimento da demanda agregada do Japão, apesar dos movimentos oscilantes da taxa nominal de câmbio

Tabela 14 Alguns Indicadores Macroeconômicos Japão. 1992-1997

Indicadores Anos	Y% ¹	P% ²	M1 ⁵	u% ³	DEF ⁴	i ⁶	BTC ⁷	∞/US ⁸	ΔBP% ⁹	BTC/PIB ¹⁰
1992	1,0	1,7	0,6	2,2	1,7	4,3	112,5	126,7	0,7	3,0
1993	0,3	1,2	1,1	2,5	2,7	2,8	132,0	111,2	27,7	3,1
1994	0,6	0,7	2,1	2,9	3,5	2,1	130,6	102,2	25,4	2,8
1995	1,5	-0,1	3,2	3,1	4,1	1,1	111,4	94,1	58,7	2,2
1996	3,9	0,1	3,3	3,3	3,8	0,5	65,8	108,8	36,8	1,4
1997	0,8	1,7	3,1	3,4	3,3	0,5	94,1	121,0	6,9	2,2

Notas: 1. Taxa de crescimento do PIB; 2. Inflação (bens de consumo); 3. Taxa de desemprego; 4. Déficit governo central como % do PIB; 5. Crescimento M1; 6. Taxa de juros; 7. Balanço de transações correntes em US bilhões; 8. Taxa de câmbio nominal; 9. Variação das reservas; 10. BTC como % PIB. Fonte: Bayouini, Towe, Morsink, Oishi e Levy, 1998.

Destaque-se que o movimento da taxa de desemprego descola-se das tendências dos preços e da própria variação do PIB, apresentando uma tendência crescente na década, bastante coerente com as modificações já apresentadas nas relações de trabalho que privilegiavam o emprego, ajustando-se aos choques através de movimentos de rendimentos e horas trabalhadas. Agora, parece que o nível de emprego também passa a ser um mecanismo de ajuste com todas as suas implicações diferenciadas para os grupos etários e composição de gênero da população, uma vez que atinge principalmente os mais jovens (15 a 24 anos) e os de meia-idade (55 a 64 anos) e as mulheres.

Este movimento do ajuste do mercado de trabalho, além de refletir alterações na população em idade ativa, também resulta das mudanças no

²⁴⁷ Bayouini, Towe, Morsink, Oishi e Levy, 1998, p. 10.

comportamento da ocupação. O comportamento das variáveis macroeconômicas afetou os setores de construção civil, - como resultado da queda dos investimentos públicos e o investimento residencial privado, - e da indústria de transformação, reagindo à redução do consumo pessoal e das exportações.

EUA: mercado aquecido e sem inflação

Recente trabalho do FMI²⁴⁸ destaca a perplexidade com o comportamento recente dos EUA que, apesar de vir declinando suas taxas de desemprego e aumentando o ritmo de crescimento do seu PIB, não vem apresentando tendências inflacionárias, como poderia ser sugerido pelas formulações aceleracionistas da curva de Phillips. Ao contrário, como se pode ver nos dados da Tabela 15, os índices de preço ao consumidor vêm reduzindo suas taxas de crescimento e os índices de preços dos produtores vêm inclusive vivenciando um processo deflacionário.

Tabela 15 Alguns Indicadores Macroeconômicos EUA. 1992-1998. Taxas de crescimento médio anual

Anos Indicadores	1992-95	1997	1998
Crescimento do PIB	2,7	3,9	3,5
Índice de preços ao Consumidor	2,9	2,3	1,6
Taxa de Desemprego ¹	6,5	5,0	4,5
Índice de preços ao Produtor	1,7	-0,1	-5,6
Custo Unitário do Trabalho (Ind) ²	-0,5	-	1,2
Produtividade Industrial ²	3,6	4,0	3,4
Preço das importações	1,6	-4,3	-5,8

Notas: 1. % da PEA; 2. Indústria de Transformação. Fonte: IMF, 1998.

A taxa de desemprego americana tem baixado a níveis recordes nos últimos trinta anos e isto tem ocorrido sem pressões inflacionárias porque, segundo o FMI, há uma diminuição das expectativas sobre elevação de preços, a produtividade do trabalho tem crescido, a crise da Ásia diminuiu as pressões altistas que poderiam advir da continuidade das exportações dos EUA para

²⁴⁸ IMF, nov. 1998.

estas regiões, a valorização do dólar baixou o preço dos produtos importados, servindo como um teto para as variações domésticas de preços e a crise internacional baixou o preço das *commodities*, reduzindo também as pressões de custos de produção.

Por outro lado, a redução do desemprego não tem se traduzido em aumentos substantivos dos salários, uma vez que as expectativas de baixa inflação começam a ser incorporadas aos contratos trabalhistas e a queda da elevação do custo da cesta de bens consumida pelos trabalhadores favorece este movimento dos salários nominais, sem grandes perdas do seu poder de compra real. Neste sentido, por exemplo, a queda do custo médio dos sistemas de saúde podem ser citados como um dos exemplos deste processo.

Na tentativa de continuar com o instrumental teórico dominante, - a taxa natural de desemprego ou taxa de desemprego não aceleracionista da inflação (NAIRU) – os economistas neo-clássicos expandem o conceito da variação desta taxa que no caso americano é para baixo, e no caso europeu e japonês é para cima, apesar da mesma direção para baixo do movimento dos preços em todos os países.

CONCLUSÕES: DESIGUALDADE DE RENDA É GRANDE PROBLEMA DO FINAL DO SÉCULO

No capítulo primeiro foram apresentados os argumentos teóricos para explicitar as dificuldades do relacionamento entre os níveis de preços e a taxa de desemprego. Foram apresentadas as diversas versões da curva de Phillips, inclusive o conceito de taxa de desemprego não aceleracionista da inflação (NAIRU), com sua forte influência na formulação das políticas econômicas de estabilização de preços que se expandiram no mundo nos anos 80 e 90, reduzindo o crescimento da inflação e tendo efeitos distintos sobre as taxas de desemprego.

Nas outras seções deste segundo capítulo foram discutidas as mudanças de conjuntura econômica e modificações do comportamento dos mercados de trabalho que poderiam justificar a incapacidade dos modelos teóricos, construídos para interpretar determinada realidade, analisarem corretamente

os movimentos das variáveis macroeconômicas na atualidade. Discutiram-se os papéis diferenciados dos sindicatos, as formas de contratação, o grau de integração internacional, o processo de formação de expectativas e as mudanças nas relações de trabalho e alterações na composição da população em idade ativa. Constatou-se também que, além do descolamento dos movimentos dos preços e da taxa de desemprego, há uma tendência generalizada de aumentar a desigualdade da distribuição de renda e ampliar a pobreza no mundo avançado.

Nesta seção pretende-se avançar na compreensão deste fenômeno de aumento da desigualdade avaliando o papel das variáveis que afetam diretamente o mercado de trabalho, assim como algumas variáveis macroeconômicas de resultado de políticas destinadas ao mercado de produtos.

Concentração de renda e crescimento do produto: a experiência americana

Os EUA são um bom caso para começar a interpretar as relações entre desemprego e desigualdade. Sua economia vem apresentando continuas fases de crescimento, baixas taxas de inflação, aumento da produtividade do trabalho, ampla abertura para o comércio externo, com taxas de câmbio favoráveis, e grande flexibilidade institucional no mercado de trabalho. As taxas de desemprego e de inflação mantêm-se simultaneamente baixas, levando a contorcionismos teóricos de justificar declínios das taxas “naturais” de desemprego, para explicar a situação atual.

Há emprego, mas a desigualdade aumenta. Cresce a diferença entre salários altos e baixos principalmente porque os salários altos crescem e os trabalhadores nos estratos inferiores da distribuição de rendimentos passam a vivenciar quedas de seus níveis de ganhos. Na década de 60, com o crescimento econômico, trabalhadores dos diversos decis de distribuição de renda tiveram ganhos, mantendo a desigualdade relativamente constante. Nos setenta, com as crises do petróleo, o fim do sistema cambial de Bretton Woods

e a redefinição dos fluxos de comércio, os trabalhadores ganhando menos do que a mediana de salários perderam posição. Esta situação se agrava, nos oitenta e noventa, porque além da tendência de perda de salários dos trabalhadores localizados nos primeiros decis da distribuição, também os melhor situados passam a crescer os seus ganhos, aprofundando a clivagem entre os trabalhadores de baixo e altos salários²⁴⁹.

A taxa de participação americana elevou-se de 65% em 1974 para mais de 71% em 1998, enquanto a mesma taxa na Europa declinou de 65% para 60% no mesmo período²⁵⁰. Ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego declinava, a proporção de americanos vivendo abaixo da linha de pobreza aumentava de 11,2%, em 1974, para 15,1%, em 1993, recaindo esta pobreza de forma especial sobre as crianças. Nos EUA, as crianças nos dois primeiros decis da distribuição de renda são mais pobres do que as crianças de outros quinze países. De 1979 para 1994, aqueles no nono decil da distribuição de renda, que tinham quatro vezes mais rendimentos do que os 10% mais pobres, passaram a ter cinco vezes mais este rendimento.

Um dos efeitos desta perda dos salários dos trabalhadores da base da distribuição de renda começa a aparecer na situação da fome e dos sem-teto nas cidades americanas. Recente relatório dos prefeitos americanos²⁵¹ atesta que 22% dos sem-teto urbanos estão ocupados e 38% das famílias sem-teto têm crianças, que correspondem a 25% dos indivíduos sem-teto na América do Norte. Apesar da grande importância do desemprego sobre a pobreza, a queda dos rendimentos da base da pirâmide salarial dos EUA tem levado um grande número de famílias também a esta situação.

Como já mencionado antes, este processo aprofundou o descolamento do grupo superior dos mercados primários (analistas simbólicos) do restante da

²⁴⁹ Galbraith, 1998, Cap. 8.

²⁵⁰ Freeman, 1999, p. 3.

²⁵¹ Relatório de janeiro de 1999 da US Conference of Mayors, citado por Watson, 1999.

força de trabalho²⁵², rebatendo no mercado secundário de pequenas e médias empresas (PME) e principalmente serviços, com queda de remuneração e condições de trabalho para os setores da base do mercado de trabalho americano.

Os economistas do *mainstream* do pensamento econômico atribuem este aumento da desigualdade essencialmente a situações de mercados, com deslocamentos da demanda por produtos intensivos em mão-de-obra não-qualificada, produzidos fora dos EUA, que rebatem sobre o mercado de trabalho americano, forçando para baixo os salários destes trabalhadores, ao mesmo tempo em que a demanda crescente de produtos com alta intensidade de trabalhadores qualificados, principalmente produzidos nos EUA, aquece estes segmentos de mercado, aumentando os seus rendimentos.

Outros autores destacam que a desigualdade responde muito mais a variáveis macroeconômicas do que à dinâmica dos mercados. O mundo real apresenta instituições com diferentes capacidades de responder a estímulos macroeconômicos, que em situações de relativa estabilidade de preços, amplificam os seus impactos redistributivos.

A taxa de desemprego, como tradicionalmente já se considerava, desempenha um papel-chave nesta intensificação da desigualdade, de forma que seu declínio deveria reduzir a tendência para a concentração de renda. Isto porque as taxas de desemprego são diferenciadas por níveis de qualificação, escolaridade, tempo de serviços e outros atributos pessoais, pressionando para baixo principalmente os salários menores, com menor intensidade do que os salários maiores, geralmente associados a postos mais intensivos em qualificação.

Também a taxa de inflação apresenta efeitos distintos sobre as diversas categorias, uma vez que os trabalhadores com sindicatos mais fortes e mais organizados são capazes de barganhar cláusulas de indexação mais

²⁵² Reich, 1992.

generalizadamente do que os trabalhadores dos setores menos organizados, com mercados de trabalho pulverizados em pequenas e médias empresas e sem capacidade de barganha.

O crescimento do PIB também não se distribui uniformemente entre os diversos setores, de maneira que aqueles mais dinâmicos tendem a manter rendimentos para seus trabalhadores mais consentâneos com os movimentos da produtividade, enquanto os setores que se atrasam no crescimento, tendem a pressionar contra os aumentos salariais, aprofundando a desigualdade.

Em uma economia aberta, o comportamento da taxa de câmbio é fundamental para delimitar os impactos que a concorrência internacional tem sobre os mercados nacionais e seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho. Câmbio sobrevalorizado estimula as importações, refletindo fortemente sobre os preços dos produtos competitivos nacionais que são forçados a baixar, repercutindo em seus custos estes limites superiores de preços, dificultando portanto as elevações de salários de seus trabalhadores. A depreciação do câmbio estimula as exportações, aumentando o emprego dos setores exportadores. Se os setores exportadores e importadores têm estruturas de demanda de trabalho distintas, as políticas cambiais passam a ter importante efeito sobre a estrutura de distribuição dos rendimentos.

As políticas de intervenção direta dos governos nos rendimentos, como o salário mínimo por exemplo, também não têm efeitos distributivos neutros, afetando sobremaneira os segmentos de mercado de trabalho dos trabalhadores mais jovens, menos educados e as mulheres, porque mais freqüentes no trabalho em tempo parcial. Neste sentido, a elevação do salário mínimo americano foi um elemento contratendencial da concentração da renda nos EUA, ainda que os modelos tradicionais digam que sua elevação provoca um acentuado desemprego do pessoal ocupado ganhando salários próximos ao mínimo. Os modelos neo-clássicos, no entanto, não explicam a evidência empírica de que há uma certa concentração de trabalhadores ganhando

exatamente o mínimo e que esta concentração tende a aumentar²⁵³, quando o mínimo se eleva, sugerindo que a abrangência dos seus impactos é maior do que o previsto pelos modelos tradicionais, que associam o salário mínimo à redução do emprego.

O salário mínimo afeta a distribuição dos ganhos reduzindo a proporção daqueles que ganham menos que o mínimo, aumentando a proporção dos que ganham exatamente o mínimo, através de um efeito de desdobramento dos seus impactos para o pessoal que ganha ligeiramente acima do mínimo²⁵⁴. Neste sentido a elevação do salário mínimo diminui a dispersão dos rendimentos, tanto mais quanto maior for sua elevação e reduz a dispersão dos ganhos entre os grupos demográficos, elevando os rendimentos médios dos grupos onde se localizam mais os que ganham menos, em relação aos outros grupos mais distantes dos níveis do salário mínimo, especialmente nas diferenças atribuídas a gênero e idade.

Apesar destas conclusões sobre o impacto do salário mínimo na distribuição individual dos rendimentos, não se pode expandi-las diretamente para a distribuição de rendimentos entre as famílias. Esta passagem precisa qualificar os efeitos na oferta de trabalho de outros membros da família, como resultado dos ganhos que alguns outros possam ter com o aumento do salário mínimo. Estas mudanças na renda familiar podem ter impacto nos níveis de pobreza e inclusive alterar a elegibilidade de algumas famílias a programas de transferência de renda direta do estado, reduzindo as transferências e aumentando os rendimentos provenientes diretamente do trabalho.

Para quantificar a dimensão do impacto do aumento do salário mínimo sobre as famílias na pobreza²⁵⁵ deve-se perceber que, quanto maior a proporção de trabalhadores de baixos salários nas famílias mais pobres, mais impacto o salário mínimo terá sobre a distribuição da pobreza. Famílias podem ficar na

²⁵³ Card e Krueger, 1995.

²⁵⁴ OECD, June 1998, p. 49.

²⁵⁵ OECD, 1997, p. 49.

linha da pobreza ou porque seus membros estão ocupados e ganham pouco, ou porque, os poucos que estão ocupados, ganham uma renda que tem de ser distribuída entre muitos membros da família. Neste segundo caso, a elevação do salário mínimo tem menos impactos sobre a pobreza.

Tabela 16 Proporção de empregados de baixa remuneração¹ por nível de renda familiar. Alguns países OECD 1993

Países	Como proporção da PIA acima de 16 anos				Como proporção dos empregados em tempo integral o ano inteiro			
	Abaixo da pobreza ²	Baixa ³	Moderada a Alta ⁴	Total	Abaixo da pobreza ²	Baixa ³	Moderada a Alta ⁴	Total
Estados Unidos	13,3	19,2	9,8	11,3	87,2	63,1	18,8	26,3
Reino Unido	5,2	6,4	7,8	7,3	92,5	58,0	17,9	21,0
Alemanha	7,6	8,5	6,9	7,1	85,0	47,1	15,5	18,3
França	3,2	6,0	4,2	4,3	65,5	42,3	11,6	14,0
Espanha	3,3	3,5	3,9	3,8	88,0	39,7	14,1	16,8
Itália	3,8	2,8	2,7	2,9	73,4	20,3	9,2	11,7
Grécia	1,6	2,1	2,5	2,3	86,7	33,2	9,9	11,9
Portugal	4,0	4,9	5,7	5,3	61,6	28,7	13,0	15,4

Notas: 1. Menos de 2/3 da renda mediana do grupo; 2. Menos de 50% da mediana; 3. Entre 50% e 2/3 da mediana e 3. Acima de 2/3 da mediana.

Fonte: OECD, june 1998, p. 51.

Os dados da Tabela 16 indicam que nos EUA 13,3% dos membros adultos das famílias abaixo da linha de pobreza recebem menos de 2/3 da mediana dos rendimentos deste grupo, enquanto 11,3% do total de pessoas acima de 16 anos estão nesta faixa de rendimento. Este número sugere que a política de salário mínimo tem maior impacto nas famílias abaixo da pobreza do que para o conjunto das famílias. Para os outros países citados, com exceção da Alemanha e Itália, estas proporções se invertem, sugerindo que nestes países as famílias de baixa renda têm relativamente menos trabalhadores de baixos rendimentos do que o conjunto das famílias.

Situação bastante distinta se observa quando se olham os números das últimas colunas da Tabela 16, que mostram as proporções de pessoas ganhando pouco nas famílias por nível de renda entre apenas os que estão empregados de tempo integral o ano inteiro. Neste caso, todos os países mostram uma proporção substancialmente maior de baixas remunerações, nas famílias pobres, do que para o conjunto de famílias.

Se estas variáveis macroeconômicas são responsáveis pela explicação de uma grande parte dos movimentos do grau de desigualdade da renda americana, sobram poucos espaços para a explicação deste fenômeno a partir de eventuais desequilíbrios entre oferta e demanda de tipos específicos de trabalhadores, porque as forças motivadoras de sua dinâmica se encontram nas escolhas da política macroeconômica, muito mais do que na “natureza” das qualificações e exigências das tecnologias.

DESIGUALDADE NA PERIFERIA: PRECARIIDADE, CONCENTRAÇÃO E DESEMPREGO

*Triste Bahia! Oh quão dessemelhante estás e estou
do nosso antigo estado! Pobre te vejo a ti, tua mi
empenhado, rica te vi eu já, tu a mi abundante.
A ti trocou-te a máquina mercante, que em tua larga
barra tem entrado, a mim foi-me trocando, e tem
trocado, tanto negócio e tanto negociante.
Deste em dar tanto açúcar excelente pelas drogas
inúteis, que abelhuda simples aceitas do sagaz
brichote.*

*Oh se quisera Deus que de repente um dia
amanheceras tão sisuda que fora de algodão o teu
capote!*

(...)

*Se de dous ff composta está a nossa Bahia, errada a
ortografia, a grande dano está posta:
eu quero fazer aposta e quero um tostão perder, que
isso há de perverter, se o furto e o foder bem não
são os ff que tem esta cidade ao meu ver.*

Gregário de Mattos, poeta nascido em 1636 na
Bahia.

“Oropa, França e Bahia”, dizer da sabedoria popular
baiana para situar a globalização.

INTRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores foram verificadas as dificuldades teóricas de modelar os vínculos entre os movimentos dos preços e dos salários através do comportamento da taxa de desemprego como um indicador de excesso de oferta no mercado de trabalho. Além das dificuldades empíricas de mensurar corretamente a taxa de desemprego relevante, o seu comportamento teórico difere se as expectativas sobre a inflação são incorporadas ao processo de fixação de preços e salários.

Foram apresentados resultados de várias pesquisas sobre o relacionamento entre a taxa de inflação, desemprego e distribuição de renda, constatando-se que os vínculos entre estas variáveis passam a ser questionados por modificações profundas da realidade econômica. Depois do predomínio das

políticas de estabilização dos preços e do crescimento do desemprego associados aos períodos de des-regulamentação dos mercados e redução do papel do estado, as relações entre preços e emprego se quebram e a concentração de renda passa a ocupar o centro da conjuntura. A virtualidade dos circuitos financeiros e seu descolamento dos fluxos reais abre margens para a expansão concentrada da vitalidade na geração de renda e na realização do produto, ao mesmo tempo em que um número crescente de pessoas passa a viver abaixo da linha de pobreza e sem perspectivas de absorção produtiva.

Alguns autores²⁵⁶, ainda na década de 80, chamavam a atenção para a importância da crescente cunha especulativa entre os fluxos reais e financeiros para o processo de formação de preços e relações entre a determinação dos salários e níveis de produção, porque ela quebrava os mecanismos de desvalorização dos ativos fixos, importantes no funcionamento dos modelos de tradição hicksiana, em um momento em que as taxas de câmbio e de juros começam a flutuar intensamente. A realização do excedente desligava-se da produção real e passava a ser fortemente influenciada pelos ganhos financeiros.

Várias mudanças de conjuntura foram também consideradas para reforçar as hipóteses que buscam destacar os elementos institucionais e os processos de barganha como elementos importantes na explicação da dinâmica econômica e da determinação dos níveis de atividade e de variação de preços, com seus rebatimentos sobre a distribuição de renda.

Neste capítulo a atenção se volta para uma região periférica do Brasil, distante dos centros internacionais e que, no entanto, aparentemente passa por processos semelhantes de concentração de renda, mudança de relacionamento inflação e desemprego e transformações no perfil de qualificações de sua força de trabalho ocupada.

²⁵⁶ Tavares e Belluzzo, 1984.

Os estudos avaliados nos capítulos anteriores referiam-se fundamentalmente a economias nacionais, que refletem os impactos das políticas macroeconômicas. Aqui, neste capítulo, o enfoque é diferenciado em dois aspectos. Primeiro, observa-se a dinâmica de uma economia periférica, onde os impactos da política macroeconômica têm um efeito retro-alimentador nas decisões centrais da formulação de políticas relativamente pequeno. Em segundo lugar, a investigação concentra-se em apenas alguns setores desta economia que tendem a ter sua movimentação mais fortemente influenciada por variáveis locais, como os serviços, por exemplo.

Como o presente estudo limita-se a uma região metropolitana periférica, as variáveis macroeconômicas são tomadas como dadas e condicionantes da periodização escolhida. Para analisar o comportamento da demanda de trabalho é fundamental observar o comportamento do mercado de produtos. A primeira abordagem realizada procurou investigar as relações entre a taxa de desemprego e a variação dos preços de bens de consumo. Os modelos teóricos de ajustes nominais supõem que eventuais excessos de demanda de produtos elevam os preços que rebatem sobre a oferta de produtos, intensificando a demanda de trabalho que, se não pode ser poupada, ou se a oferta de trabalho é inelástica, implica em ajustes de salários nominais. Estes, por seu turno, realimentam o processo inflacionário com elevação dos custos de produção, fazendo com que os salários reais caiam ao seu nível original.

Assim, o relacionamento da taxa de desemprego com os níveis de rendimentos se dá através dos mecanismos de fixação de preços como um *mark up* sobre os custos e seu efeito retro-alimentador sobre a demanda de produtos e demanda de trabalho. No caso de economias regionais e periféricas estes mecanismos apresentam vários vazamentos, uma vez que a cesta de bens consumidos pelos trabalhadores, que compõe o IPC local, é constituída de produtos produzidos localmente, que afetam o mercado de trabalho da região, e também por produtos de outras regiões do país. Como não há taxa de câmbio para o comércio inter-regional, não existem os mecanismos reguladores desta relação entre os mercados de produtos e de trabalho que

atuam no caso dos mercados nacionais, objeto dos estudos sobre a curva de Phillips.

Por outro lado, o grau de mobilidade do trabalho entre as regiões do país é maior do que na migração internacional fazendo com que as eventuais pressões do excesso de demanda de trabalho sobre os salários se dilua com movimentações físicas dos trabalhadores, tanto aumentando a migração, quando o mercado de trabalho está aquecido, como na imigração nos momentos de depressão. Isto faz com que os ajustes de rendimentos nominais no plano regional sejam menos sensíveis à desequilíbrios do que no mercado de trabalho nacional.

Na próxima seção apresenta-se o resultado de um exercício empírico que busca evidenciar os movimentos da taxa de desemprego e da inflação de bens de consumo na RMS, sugerindo tanto uma inclinação compatível com a curva de Phillips tracional, como indicando problemas nesta especificação quando são adotadas hipóteses de comportamento expectacional *forward looking*.

Nas outras seções deste capítulo apresentam-se alguns fatos estilizados sobre a economia da Região Metropolitana de Salvador, destacando algumas alterações de comportamento da ocupação e dos rendimentos em várias conjuntras macroeconômicas distintas de finais de 1989, com a aceleração inflacionária, até 1997, com a instabilidade produtiva posterior à estabilização dos preços.

Nesta seção são apresentados os indicadores de variação do PIB estadual e dos seus setores da indústria de transformação e do comércio, hotéis e restaurantes pela sua concentração na região e pela sua relevância para a atividade econômica local. Avalia-se também o comportamento do mercado de trabalho, da distribuição da renda, do comércio varejista e a oferta de vagas no sistema escolar.

Além desta avaliação da experiência internacional, neste capítulo busca-se comparar alguns dos resultados teóricos com dados empíricos relativos à situação da Região Metropolitana de Salvador, uma região periférica no Brasil

que sofre tantos os efeitos da política macroeconômica, como apresenta especificidades produtivas e de composição de PIA²⁵⁷. São também investigadas as mudanças no perfil ocupacional dos trabalhadores comparando-se a situação de finais das décadas de 80 e de 90 em termos dos modificações dos rendimentos médios reais e da participação relativa dos diversos grupos ocupacionais no mercado de trabalho regional. Estas mudanças são avaliadas também como resultado dos atributos pessoas, dos postos de trabalho e dos locais de trabalho como forma de realçar as complexidades reais que interferem nos vasos comunicantes entre os mercados de trabalho e de produtos, uma vez que a flexibilidade dos salários nominais depende fortemente de atributos extra-mercado. A distribuição de renda aparece como elemento-síntese do processo de redefinição das relações de trabalho, da ocupação e dos rendimentos.

Este estudo aprofundou o conhecimento dos papéis relativos das variáveis associadas à acumulação de *skills*, explicação tradicional para o aumento das desigualdades, como os impactos de outras variáveis, tanto microeconômicas, - o setor de atividade, o tipo de relação de trabalho e os atributos pessoais, - como macroeconômicas, - a inflação e o ritmo de crescimento do produto.

INFLAÇÃO E DESEMPREGO NA RMS

Apesar das características periféricas da economia da RMS e sua forte precariedade, que serão demonstradas nas seções seguintes, os dados parecem sugerir que também na RMS podem ser encontradas evidências a favor e contra as formulações compatíveis com a curva de Phillips. A Figura 2 foi construída plotando-se a média móvel de 12 meses à frente de cada mês da taxa de desemprego aberta de sete dias, no eixo horizontal e a média móvel da variação real dos rendimentos, calculada da mesma maneira. A linha de tendência resulta de uma regressão polinomial entre os dois valores cujos coeficientes são os seguintes:

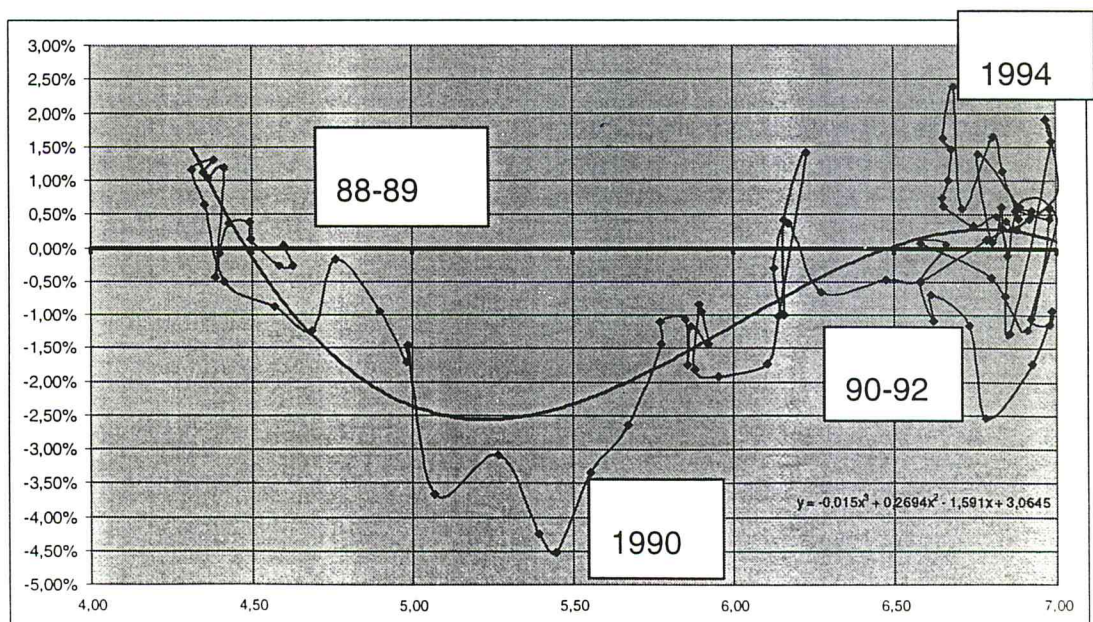
²⁵⁷ Este capítulo está fortemente baseado em Azevedo, maio de 1999, pesquisa financiada pelo CNPq.

$$\Delta\% \omega \text{ real} = -0,015v^3 + 0,2694v^2 - 1,591v + 3,0645$$

onde v representa a média móvel de 12 meses à frente da taxa de desemprego aberta de sete dias, mensalmente calculada pela Pesquisa Mensal de Emprego e ω a mesma média dos rendimentos médios reais calculados com o deflacionamento dos rendimentos nominais da PME, utilizando-se o IPC da SEI para Salvador.

Os dados representam grosseiramente uma versão simplificada da relação entre os aumentos esperados de salários, sob a hipótese de perfeita previsão do futuro, que também projeta o nível de desemprego. Esta relação empiricamente determinada serve para sustentar a visão de que houve uma transformação das relações entre salários, preços e funcionamento do mercado de trabalho da RMS nos dez anos considerados. A aceleração inflacionária do final da década passada foi compatível com uma inclinação negativa da relação entre ganhos reais e desemprego, reproduzindo comportamento esperado pelas formulações tradicionais da curva de Phillips. Só há aumento ^{de preço} de salários reais com aumento do desemprego, atingindo-se o ponto mais baixo de perdas com uma taxa de desemprego em torno de 5,5% em 1990.

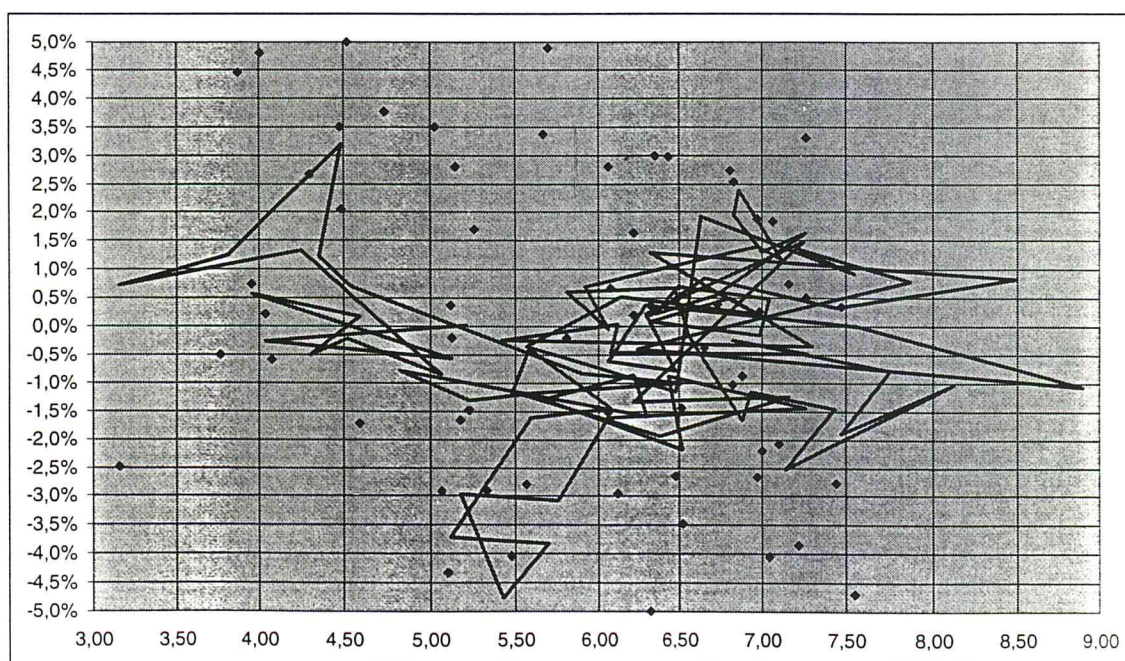
Figura 2 Relação entre crescimento real dos rendimentos médios mensais e taxa de desemprego aberta RMS 1988-1997 Média móvel projetada 12 meses à frente



Os anos 1990 a 1994 são de crescente aumento das taxas de desemprego, acompanhadas de diminuição das quedas de salários reais, que começam a subir após o Plano Real de julho de 1994. Nos últimos anos da série há uma certa estabilização das taxas de desemprego em patamares elevados e crescentes no final do período, quando os rendimentos começam a baixar. Isto leva a conclusão das dificuldades de aplicação dos modelos associados à curva de Phillips, em suas várias acepções para entender as mutações que ocorrem nos mercados de trabalho da região. Os dados são, no entanto, coerentes com as dificuldades internacionais que estes modelos encontram para explicar a conjuntura mais recente dos países avançados.

Apesar destes resultados, calculando-se as médias móveis dos aumentos reais de rendimentos médios dos ocupados em relação à taxa de desemprego, agora com uma perspectiva para trás, apesar de uma grande dispersão dos números, pode-se identificar tanto uma ligeira tendência de inclinação negativa, cruzando o ponto de salário real estável em torno de 6,5% de taxa de desemprego no período, como uma inclinação positiva, a partir de perdas acima de -3,0% de salários em relação a taxa de desemprego maiores, como se vê na Figura 3.

Figura 3 Taxa de crescimento do rendimento médio real e taxa de desemprego aberto. Média móvel de 12 meses para trás da taxa de aumentos dos rendimentos médios reais.



Fonte: IBGE- PME. Nossos cálculos

A mancha de observações com a ligeira inclinação negativa ou positiva sugere que, se os dados representam comportamentos coerentes com as hipóteses das expectativas adaptativas, formadas a partir de uma ótica de aprendizado com as informações passadas então é possível admitir-se um *trade off* entre as taxas de desemprego e de inflação. Este resultado também é compatível com a discussão teórica já mencionada no capítulo primeiro, se os períodos de intensa perda de rendimentos são eliminados da série.

Note-se que ambos os exercícios foram realizados com rendimentos reais calculados pelo deflacionamento de rendimentos nominais regionais por índices de preços regionais que, portanto, não necessariamente representam a dinâmica da taxa de inflação utilizada nos modelos teóricos.

MOVIMENTO POPULACIONAL NA RMS

Nas investigações sobre mudanças em mercados de trabalho, particularmente nas análises sobre os elementos que afetam a demanda e oferta de trabalho, uma das dimensões importantes refere-se à dinâmica demográfica, pois ela contextualiza as movimentações da população em idade ativa (PIA). Como visto no segundo capítulo, uma das explicações sobre as mudanças do relacionamento da taxa de inflação com o desemprego refere-se ao envelhecimento populacional, que altera as taxas de participação médias da economia e portanto interfere na possibilidade do mercado de trabalho responder mais rapidamente aos estímulos econômicos de eventuais situações de excesso de oferta de trabalho. Na RMS, diferentemente do que ocorre na Europa, EUA e Japão, o processo de envelhecimento também encontra-se presente, porém a década de 90 também sofre os efeitos de uma “onda jovem”, que será demonstrada nesta seção.

Os movimentos da população economicamente ativa (PEA) refletem tanto as variáveis que impactam sobre a demanda de trabalho, provenientes da

dinâmica do mercado de produtos, como o tamanho da PIA, que determina limites para a mobilidade entre a atividade e inatividade econômicas, definindo o tamanho da disponibilidade de trabalho para as ocupações a cada momento. Assim, a análise da dinâmica demográfica permite explicar até que ponto a movimentação da taxa de desemprego depende fundamentalmente de um movimento excepcional do crescimento populacional ou, em que medida, ela reflete a escassez de dinamismo na criação de novos postos de trabalho sendo, portanto, conseqüência de uma situação de insuficiência de demanda.

Para a investigação desta variável, no caso da RMS, utilizam-se dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 1991 e da Contagem Populacional, também feita pelo instituto nacional de estatísticas em 1996. Estes dados mostram que a população da RMS cresceu, no período de 1991 a 1996, a uma taxa média anual de 1,6%. Apesar do crescimento relativamente pequeno da RMS, influenciado principalmente pela baixo crescimento populacional de Salvador, há municípios na RMS que apresentaram taxas de crescimento demográfico explosivas no início da década de 90²⁵⁸, como Lauro de Freitas, Vera Cruz e Dias D'Ávila, que tiveram crescimento populacional acima da média de crescimento da RMS.

Para avaliar com mais detalhes o crescimento populacional da RMS foram calculadas taxas transversais entre grupos etários defasados em cinco anos²⁵⁹, na tentativa de captar os impactos distintos do envelhecimento populacional e dinâmica demográfica vegetativa. Os dados da Tabela 17 mostram que somente as faixas de 5 a 19 anos de idade apresentaram crescimento positivo nos cinco anos que separam 1996 e 1991. Merece destaque o crescimento de 1,2% do estrato de 15 a 19 anos em 1996, quando comparado com a população de 10 a 14 em 1991. Além do fenômeno da "onda jovem" este

²⁵⁸ Azevedo, maio 1999, Borges, 1999.

²⁵⁹ Estas taxas foram calculadas comparando-se a população no grupo etário *i* de 1996, com a população do grupo etário com cinco anos menos em 1991.

crescimento da população adolescente também reflete um certo movimento migratório nesta faixa etária.

Tabela 17 Taxas de Crescimento transversal entre faixas etárias da população da RMS 1991/1996

Faixas em		Salvador	RMS
1991	1996		
0-4	5-9	-0,50	-0,20
5-9	10-14	0,40	0,60
10-14	15-19	1,20	1,20
15-19	20-24	0,50	0,80
20-24	25-29	-1,10	-0,80
25-29	30-34	-1,00	-0,60
30-34	35-39	-0,90	-0,60
35-39	40-44	-0,60	-0,40
40-44	45-49	-1,50	-1,20
45-49	50-54	-0,79	-0,60
50-54	55-59	-2,20	-2,00
55-59	60-64	-1,60	-1,30
60-64	65-69	-3,10	-2,90
65-69	70-74	-3,60	-3,50
70-74	75-79	-5,10	-4,90

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/ Contagem Populacional 1996

Estes dados devem ser levados em consideração quando forem observadas as taxas de desemprego dos jovens, que crescem bastante no período, não só refletindo a dinâmica da ocupação, mas também um crescimento localizado da oferta de trabalho juvenil. A diferenciação da taxa de participação masculina e feminina, declinante para esta faixa etária, também deve ser considerada como influenciando o aumento da PEA juvenil. Conclui-se portanto que, diferentemente do já analisado nos capítulos anteriores para os EUA, Japão e Europa, ainda que haja uma tendência ao envelhecimento populacional, ele foi muito mais suave na década de 90 em Salvador e também foi acompanhado de uma “onda jovem”, aumentando a oferta de pessoas disputando o primeiro emprego e entrando na população economicamente ativa.

Migrações

Esta “onda jovem” tem também um forte componente migratório. A proporção dos migrantes entre os habitantes da RMS é de um pouco mais de 5%, sendo que mais de 75% destes são provenientes do próprio estado da Bahia, como

se pode constatar na Tabela 18. Verifica-se ainda, que a taxa de imigração feminina na RMS foi um pouco maior que a taxa masculina, sobretudo em Lauro de Freitas e Salvador, ao passo que para os outros municípios a proporção de migrantes masculinos supera esta proporção de mulheres.

Além da “onda jovem”, destaca-se na RMS um forte movimento intra-regional, tanto no âmbito da própria região metropolitana, como dentro do estado, afetando, de forma diferenciada, os mercados de trabalho locais. Enquanto Salvador continua concentrando uma proporção bastante elevada da população metropolitana, em dimensões muito maiores do que outras regiões metropolitanas, no país, algumas cidades parecem tender a diferenciar-se, com aumento de população mais idosa em algumas e intensa movimentação da população na idade mais ativa economicamente para outras, ao mesmo tempo em que outros tipos de cidades parecem esvair-se na sua dinâmica demográfica. Salvador e Candeias perdem posição relativa como pólos de atração de migrantes que parecem se destinar, principalmente, para Lauro de Freitas, Dias D’Ávila e Vera Cruz.

Tabela 18: Taxa de imigração total e proveniente do estado da Bahia

Municípios	Total		Homens		Mulheres	
	Total	% da Bahia	Total	% da Bahia	Total	% da Bahia
Camaçari	9,8%	83,1%	9,9%	83,2%	9,7%	82,9%
Candeias	3,0%	80,6%	3,1%	78,9%	2,9%	82,2%
Dias D`Avila	16,2%	84,4%	16,2%	84,3%	16,2%	84,5%
Itaparica	8,4%	93,5%	8,8%	93,6%	8,0%	93,4%
Lauro de Freitas	19,6%	88,3%	19,4%	88,1%	19,8%	88,5%
Madre de Deus	5,4%	82,8%	5,5%	82,9%	5,4%	82,8%
Salvador	3,8%	68,2%	3,5%	64,5%	4,2%	70,9%
São Francisco do Conde	5,6%	94,7%	5,5%	94,9%	5,6%	94,5%
Simões Filho	7,5%	87,7%	7,6%	85,9%	7,4%	87,5%
Vera Cruz	11,0%	87,2%	11,3%	87,5%	10,6%	86,9%
RMS	5,1%	75,1%	4,9%	73,7%	5,3%	76,3%

Fonte: IBGE - Contagem Populacional/1996.

DINÂMICA ECONÔMICA DE ALGUNS SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Os Ciclos Nacionais

Esta seção procura investigar alguns movimentos importantes da conjuntura econômica no período entre 1989 e 1997 e seus impactos na Região Metropolitana de Salvador. Foram destacados os impactos sobre o mercado de trabalho e investigados indicadores de desempenho do PIB estadual e dos setores comercial e industrial. Para avançar na compreensão destes movimentos da conjuntura foram utilizados os dados levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, assim como os dados da contabilidade social do estado, coletados e calculado pela SEI, da SEPLANTEC.

Na análise dos movimentos, entre os anos de 1988 e 1997, destacam-se cinco períodos tidos como significativos por representarem diferentes momentos conjunturais da economia nacional. Foram eles:

Janeiro de 1988 a Dezembro de 1989

Janeiro de 1990 a Agosto de 1992

Setembro de 1992 a Junho de 1994

Julho de 1994 a Abril de 1995

Mai de 1995 a Outubro de 1997

Também foram investigados os movimentos do PIB estadual e nacional, além da produção industrial de serviços e do setor de comércio, restaurante e hotéis é heterogêneo e constitui-se no maior absorvedor dos ocupados da RMS.

Nesta seção apresentam-se os movimentos gerais nas vendas do comércio varejista de Salvador²⁶⁰, dentro dos diversos períodos conjunturais aqui tratados.

Alguns detalhes dos movimentos do mercado de trabalho e produção, nos diversos períodos são apresentados a seguir:

O Período Inflacionário (Jan/88 - Dez/89)

O período que antecede a crise dos anos 90 (1988- 1989), foi caracterizado por um crescimento das taxas de inflação, recessão em 1988 e um ligeiro crescimento do PIB nacional em 1989. A inflação atingiu, no ano de 1988, um índice acumulado de 933,62%, com aceleração dos índices até o quarto trimestre de 1989.

No caso da economia baiana, as taxas de crescimento do PIB continuaram positivas, porém estáveis, em torno de 3%, como se vê na Tabela 19. A produção industrial nacional acompanha os movimentos do PIB, porém a produção industrial baiana movimenta-se mais influenciada pelo PIB e pela

²⁶⁰ A Fundação Instituto Miguel Calmon realizou pesquisas de 1989 até 1992, publicando mensalmente o chamado Termômetro de Vendas, que representou um instrumento de análise e desempenho do comércio varejista de Salvador no período. Dividiu os sub-setores do comércio em Ramo Mole (bens de consumo e imediato) e Ramo Duro (bens de consumo duráveis). Foi considerado o mês de Janeiro de 1990=100. A partir de 1994, a Federação do Comércio do Estado da Bahia, a Secretaria de Indústria e Comércio, o Clube dos Dirigentes Lojistas e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, realizaram pesquisa sobre a evolução das vendas no comércio de Salvador, destacando os principais sub-setores desta atividade, observando o crescimento das vendas de cada mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

produção industrial nacionais, do que pelo PIB estadual²⁶¹. Do ponto de vista setorial, há um claro aquecimento do setor de comércio restaurantes e hotéis em 1989, no mesmo ano de reativação industrial.

Tabela 19: Taxa de crescimento PIB Brasil e Bahia e de dois importantes setores da economia baiana 1988-1989

	1988	1989
PIB Brasileiro	-0,1%	3,2%
Produto Industrial Brasil	-2,6%	2,9%
PIB Baiano	3,1%	3,3%
Indústria de Transformação	-0,5%	2,5%
Comércio, restaurantes e hotéis	0,3%	6,4%

Fonte: SEI-Fundap

Os dados referentes ao mercado de trabalho da RMS, captados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, apresentados na Tabela 20, sugerem que houve um certo aquecimento do mercado de trabalho local no período, com o volume de ocupações crescendo a taxas superiores à oferta de trabalho, mensurada pelo comportamento da População Economicamente Ativa. Enquanto a ocupação crescia a taxas de 5,4%, a PEA se elevava de 4,1%, indicando uma certa redução das taxas de desemprego.

Tabela 20: Taxas de crescimento anual- Mercado de Trabalho da RMS

	Taxa de crescimento anual (Jan/88 - Dez/89)
Ocupação	5,4%
Rendimentos médios reais dos ocupados	9,1%
PEA	4,9%
Taxa de Atividade	61,0%

Fonte: IBGE - PME. Nossos Cálculos.

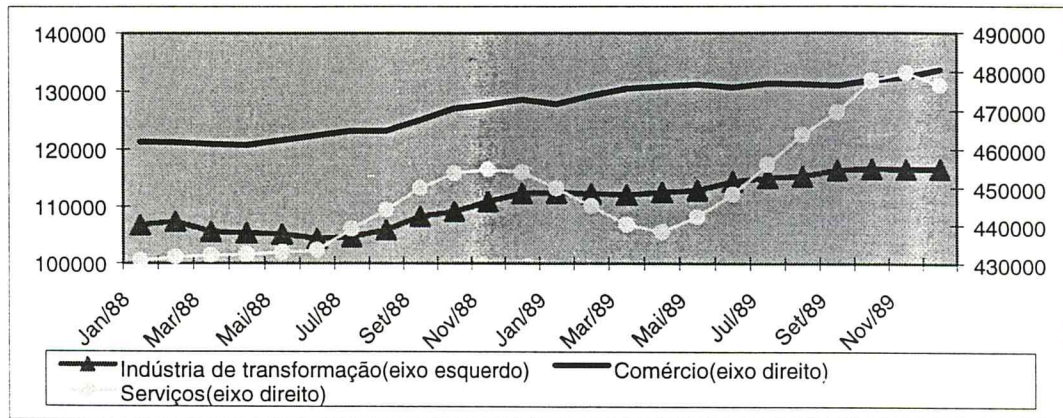
Por outro lado, os dados da Tabela 20 também indicam o aumento dos rendimentos médios reais dos ocupados, apesar de que o ritmo de crescimento das ocupações parece ter superado o crescimento da produção, o que sugeriria uma queda da produtividade média do trabalho no período. Este

²⁶¹ Não há estimativas do PIB da RMS, mas ele representa uma grande parcela do PIB estadual, sobretudo nos setores de comércio, serviços e indústria.

crescimento dos rendimentos médios pode ter sido um dos elementos explicativos para o crescimento do setor de comércio, registrado na Tabela 19.

A Figura 4 representa o movimento da ocupação por setor de atividade na RMS mostrando que o setor de serviços foi o mais dinâmico, na absorção dos ocupados no período considerado. A indústria de transformação e o comércio apresentaram um discreto movimento ascendente.

Figura 4: População ocupada por setores



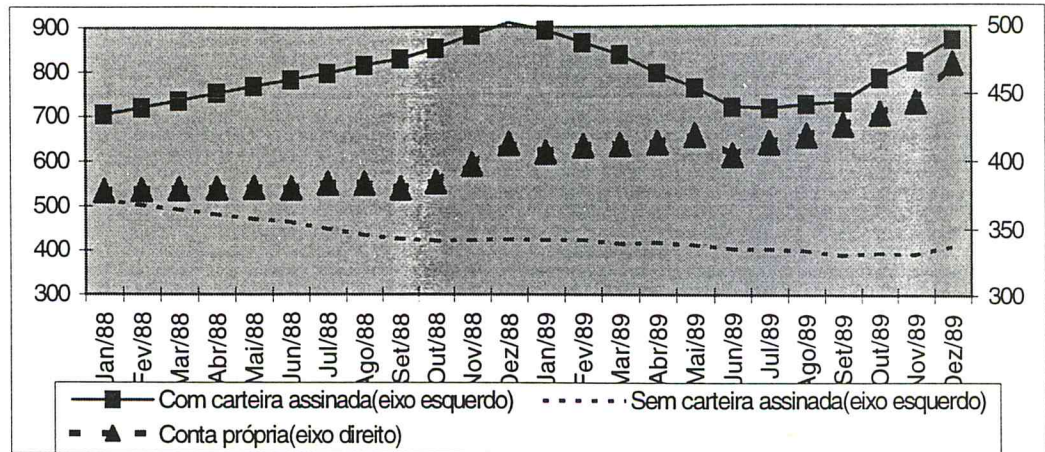
Fonte: IBGE – PME

O dinamismo do emprego no setor serviços, em um período de aceleração inflacionária, sugere que o setor pode ter tido capacidade de reajustar os seus preços, acompanhando o movimento geral e repassado estes ganhos para a geração de emprego, se os rendimentos reais continuarem crescentes, como parece que de fato ocorreu.

Os rendimentos médios²⁶², por seu turno, que subiram 9,1% ao ano, com flutuações ao longo do período, mostraram-se declinantes para os assalariados sem carteira e ascendentes para os trabalhadores por conta própria. No final do período, em 1989, os salários dos assalariados com carteira também parecem ter crescido, como se pode ver na Figura 5.

²⁶² Neste trabalho, utilizamos os rendimentos médios dos ocupados da RMS, fornecidos pelo IBGE-PME, deflacionados pelo IPC - Salvador, Base: Jul/94=100.

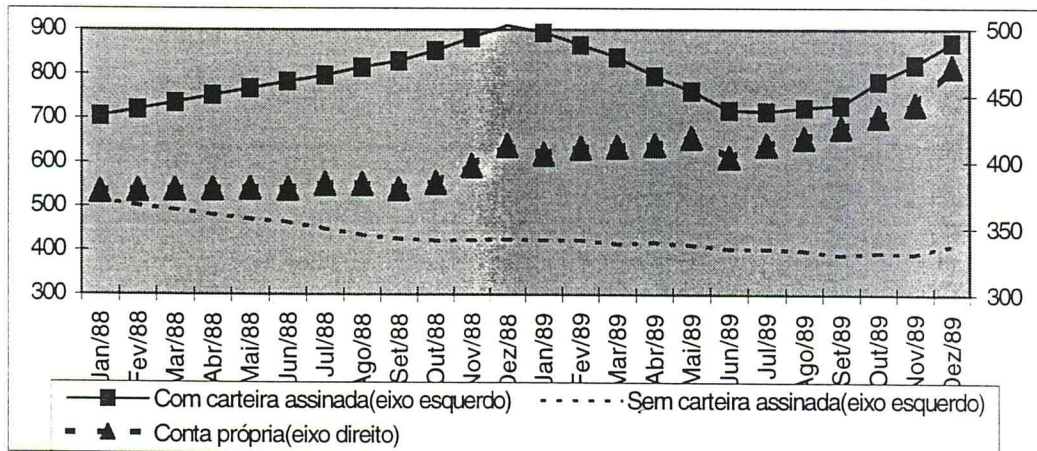
Figura 5: Rendimentos reais dos ocupados por posição na ocupação



Fonte: IBGE - PME

Esta melhora relativa dos rendimentos dos trabalhadores autônomos parece que serviu como elemento atrativo para esta forma de inserção no mercado de trabalho, crescendo a posição relativa destes trabalhadores como se observa na Figura 6.

Figura 6: População ocupada por posição na ocupação



Fonte: IBGE - PME.

Assim, ao mesmo tempo em que a ocupação nos serviços parece acompanhar o nível de preços, a expansão das relações de trabalho não assalariadas pode ser interpretada como uma indicação da perda de relacionamento entre o mercado de trabalho e produto, com a busca de redução de encargos trabalhistas servindo como um mecanismo de compensar eventuais perdas de margem de lucratividade geradas pela brusca movimentação dos preços. Por

outro lado, isto chama a atenção para os processos de flexibilização efetiva que ocorreram na economia, modificando as relações de trabalho apesar da aparentemente rígida legislação trabalhista vigente.

Distribuição de renda entre 1988 e 1990

Os anos de 1988 e 1989 se caracterizaram pelo aumento dos ritmos da inflação. A constatação do aumento dos rendimentos médios dos ocupados no período de aceleração inflacionária remete para investigação sobre os impactos destes movimentos na distribuição da renda pessoal na RMS. Há evidências de que altas taxas de inflação, estão associadas ao aumento da concentração da renda, embora este não se constitua no único fator relevante na determinação do nível de concentração²⁶³, pois favorece os agentes que podem fixar os seus preços e prejudica os que não podem se defender via ajuste de seus rendimentos nominais. A análise da distribuição de renda na RMS entre os anos de 1988 e 1990, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostra que houve um aumento da concentração da renda, neste período de crescimento da inflação.

A proporção de pessoas que ganhavam menos de 10 salários mínimos²⁶⁴ cai de 88,5%, em 1988, para 87,6% em 1989, como se vê na Tabela 21, ao mesmo tempo em que o valor real do salário mínimo apresenta uma queda de 206,1 reais²⁶⁵, em setembro de 1988, para 184,6 reais em setembro de 1989. A queda do valor real do salário mínimo em proporção muito maior do que a redução da participação de pessoas na faixa inferior a 10 salários mínimos indica uma perda real dos rendimentos da base salarial.

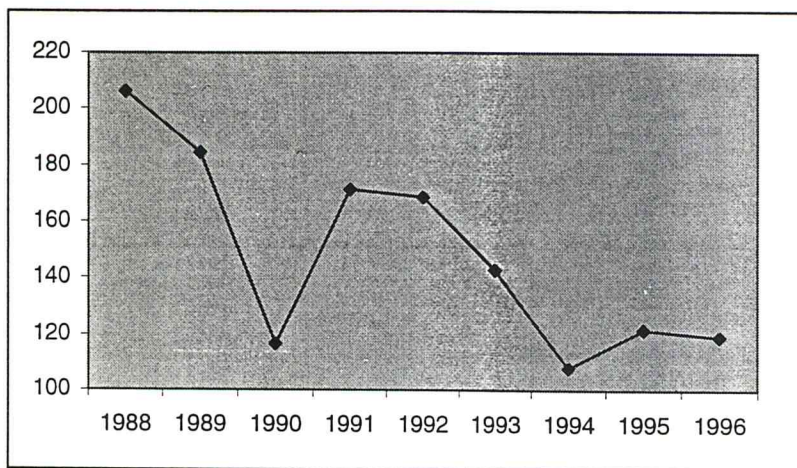
²⁶³ A redução da inflação não representa o único fator relevante para a diminuição da desigualdade. Reformas que propiciem a expansão da economia, mudando a composição da estrutura da força de trabalho (o papel da educação é relevante), representam também papel importante neste processo.

²⁶⁴ Os salários mínimos se referem aos salários mínimos reais dos meses de setembro dos anos de 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996, deflacionados pelo IPC de Salvador/SEI.

²⁶⁵ Valores de setembro de 1996.

Este problema de queda contínua do valor do salário mínimo, como se vê na Figura 7, e a conseqüente diminuição real dos limites superiores das classes de distribuição dos rendimentos, medidos como múltiplos de uma variável declinante, embaraça a interpretação dos resultados em termos de melhora ou piora da distribuição real dos ganhos.

Figura 7: Evolução do salário mínimo real



Fonte: IBGE

Em 1990, os dados refletem a continuidade da queda do salário mínimo, com a proporção de pessoas ganhando menos de 10 salários mínimos estável em torno de 87,7%.

Tabela 21: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS(1988-1990)

Indicadores/Anos	1988	1989	1990
% de pessoas com menos de 2 salários	52,5	51,8	48,1
% de pessoas entre 2 e 10 salários	36,0	35,8	39,6
% de pessoas que recebem entre 10 e 20 salários	7,2	7,3	7,2
% de pessoas com mais de 20 salários	4,2	5,0	5,1
% dos rendimentos das pessoas que recebem menos de 2 salários mínimos em relação ao total de rendimentos	10,7	10,3	9,4
% dos rendimentos das pessoas que recebem de 2 a 10 salários mínimos em relação a renda total	32,4	30,1	33,7
% dos rendimentos das pessoas que recebem entre 10 e 20 sal. Em relação a renda total	21,4	19,4	18,7
% dos rendimentos das pessoas que recebem mais de 20 sal. Em relação a renda total	35,8	40,1	38,2
Razão entre o total dos rendimentos dos que recebem mais de 20 salários e o total dos rendimentos dos que recebem menos de 2 salários	3,3	3,9	4,1
Índice de Gini(1)	0,64	0,65	0,63
Salário mínimo real	206,1	184,6	116,8

Fonte: PNAD/IBGE. Azevedo, maio 1999. (1) Deflacionado pelo IPC-Salvador/SEI. Julho 1994=100

Por outro lado, o período de aceleração inflacionária aumentou a proporção de pessoas ganhando mais de 20 salários mínimos de 4,2%, em 1988, para 5,0% em 1989 e 5,1% em 1990. A parcela da renda total apropriada por este segmento de alta renda passa de 35,8%, em 1988, para 40,1% em 1989, elevando-se a razão entre os seus rendimentos e o total de rendimentos dos que recebem menos de 2 salários mínimos de 3,3 vezes para 3,9 vezes, nos dois anos. Em 1990, esta razão alcança 4,1 vezes.

O segmento que ganha entre 10 e 20 salários mínimos mantém sua proporção na população, em torno de 7,2%, porém tem uma participação declinante no rendimento total da RMS, caindo de 21,4% em 1988 para 19,4% em 1989 e alcançando 18,7% em 1990. Esta situação pode ser interpretada como reflexo do processo de retração nos rendimentos da classe média que perdura até os

dias atuais. Pode-se ver que o índice de Gini²⁶⁶ foi de 0,64 em 1988, 0,65 em 1989 e 0,63 em 1990.

A primeira tentativa de estabilidade econômica da década de 90 (Jan/90 - Ago/92):

Depois de uma queda do PIB de 4,3% em 1990, os anos de 1991 e 1992 não apresentam praticamente nenhum crescimento econômico, conforme se pode ver na Tabela 22. O produto industrial brasileiro, por seu turno, apresenta três anos de redução da produção, enquanto a produção industrial baiana, predominantemente composta de produtos intermediários já indica recuperação no último ano do período, mesmo antes da recuperação nacional. No que se refere ao setor de comércio, restaurantes e hotéis a reação da produção baiana parece ter sido potencializada pelo ciclo, com uma enorme queda em 1991 e 1992. O comércio foi bastante prejudicado neste período por uma redução

²⁶⁶ A fórmula para o cálculo de Gini é: $G = 1 - \sum (X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$, onde X_i é o percentual acumulado de pessoas economicamente ativas, que recebem rendimento mensal na RMS, por classe de rendimento, Y_i é o percentual acumulado de rendimentos dessas pessoas e i representa o número de estratos de renda. Através das tabelas das PNADs dos anos de 1988, 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 e 1996, referentes a população economicamente ativa da RMS, foram calculadas os percentuais dos rendimentos e os percentuais de pessoas, correspondentes aos estratos de renda especificados nas referidas tabelas, a partir dos quais calculou-se os percentuais acumulados. Azevedo, maio 1999.

extraordinária da liquidez, que conduziu a uma queda nas atividades econômicas.

Tabela 22: Taxa de crescimento do PIB baiano e de dois importantes setores da economia baiana 1990-1992

	1990	1991	1992
PIB Brasil	-4,4%	1,0%	-0,5%
Produção Industrial Brasil	-8,2%	0,3%	-4,2%
PIB Bahia	-2,2%	-4,2%	1,3%
Comércio restaurantes e hotéis	-1,5%	-11,1%	-6,5%
Indústria de Transformação	-5,8%	-4,2%	5,8%

Fonte: SEI-Fundap.

A crise recessiva parece ter se refletido no crescimento da PEA, que cai para uma taxa de crescimento de 2,3%, como se pode ver na Tabela 23, quando era de 4,9% no período imediatamente anterior. Por outro lado, a ocupação total também reduz seu crescimento de 5,4% de janeiro de 1988 a dezembro de 1989, para 4,5% no período de janeiro de 1990 a agosto de 1992. A redução da taxa de crescimento da PEA, contemporânea à queda do ritmo de crescimento da ocupação, reflete o momento recessivo, porém não se manifesta em explosão das taxas de desemprego, uma vez que a oferta de trabalho fica contida.

Tabela 23: Taxas anuais de crescimento do mercado de trabalho RMS 1990/1992

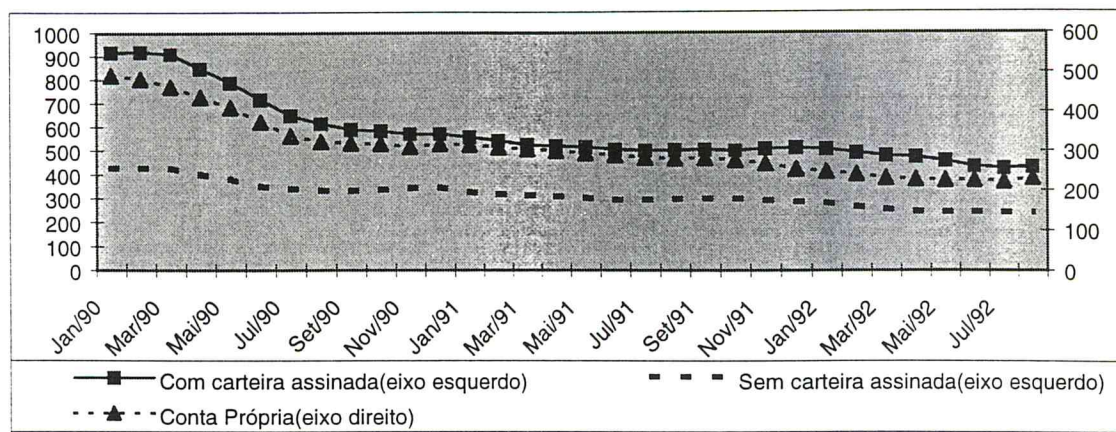
	Taxa de crescimento anual (Jan/90 - Ago/92)
Ocupação	4,5%
Rendimentos médios reais dos ocupados	-30,0%
PEA	2,3%
Taxa de Atividade	-1,3%

Fonte: IBGE - PME/Nossos Cálculos.

Se não há sinais de aprofundamento do problema ao nível das ocupações, os ajustes parece que se efetivaram principalmente nos rendimentos, que tiveram uma queda brutal de 30,0% no período. Começam a aparecer sinais de modificações na estrutura de produção, de rendimentos e das relações de trabalho, uma vez que houve uma queda dos rendimentos médios dos ocupados convergindo para todas as posições na ocupação, ainda que a

queda maior no início do período tenha ocorrido para os assalariados com carteira e os trabalhadores por conta própria, como se observa na Figura 8.

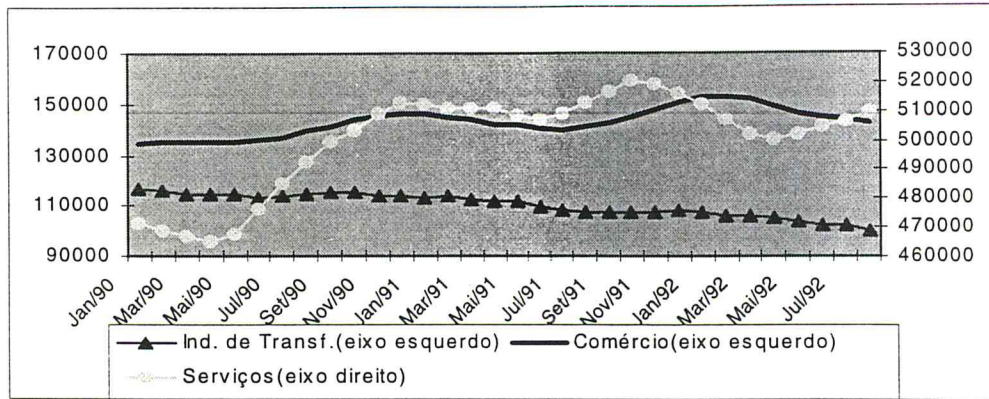
Figura 8: Rendimentos médios reais dos ocupados por posição na ocupação 1990/1992



Fonte: IBGE – PME

Do ponto de vista da ocupação observa-se, na Figura 9, a continuidade do crescimento da ocupação no setor de serviços, que aumenta mais que a ocupação no comércio, enquanto a indústria continua em seu processo de enxugamento dos postos de trabalho. O movimento da ocupação nos serviços cresce mais no início do período, estabilizando nos patamares mais elevados em 1991 e 1992.

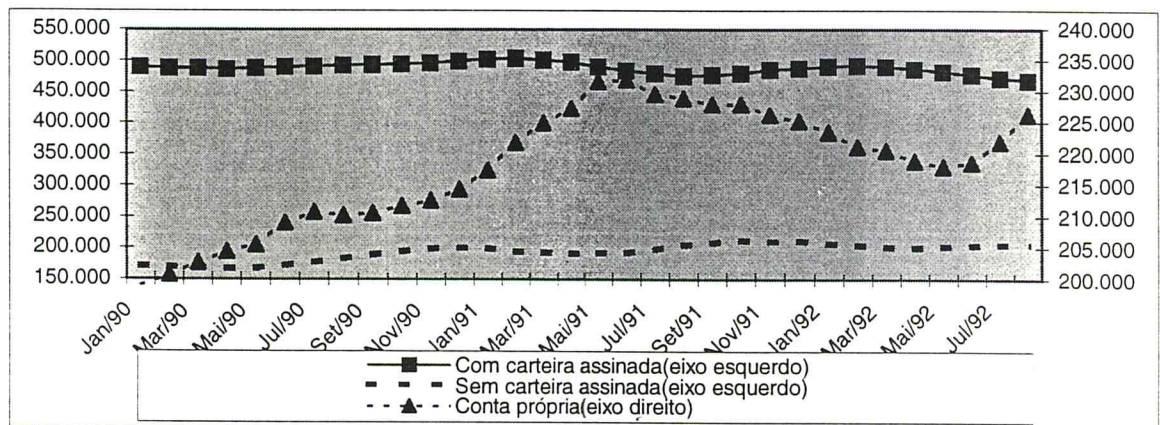
Figura 9 População ocupada por setor de atividade 1990/92



Fonte: IBGE-PME

O número de ocupados com carteira assinada caiu, enquanto o número dos ocupados por conta própria subiu até julho de 1991, demonstrando um aumento da informalização do trabalho (Figura 10). A PEA cresceu até o início de 1991, em seguida se estabilizou, obtendo um crescimento total de 2,3% ao ano. A taxa de atividade teve uma queda de 1,3% ao ano.

Figura 10: População ocupada por posição 1990/1992



Fonte: IBGE - PME.

Apesar da profunda mudança da política econômica, da acelerada abertura para as importações e do gigantesco confisco monetário do ano de 1990, a dinâmica do crescimento das ocupações não assalariadas parece ter continuado, reforçando as hipóteses que sugerem o descolamento dos movimentos do mercado de trabalho das variações das variáveis macroeconômicas e ampliação de sua dimensão social, com mudanças institucionais sendo bastante relevantes para determinar os seus movimentos.

Comportamento do comércio varejista 1990/1992

Entre 1990 e 1992, o PIB baiano caiu cerca de 5,1%, enquanto o setor Comércio, Restaurantes e Hotéis registrou queda acumulada de 19,1%, conforme se observou na Tabela 22. Comparando o índice do volume de vendas alcançado pelo comércio em Salvador²⁶⁷, nos meses de março de 1990 e março de 1992 verifica-se uma queda de mais de 41% para o comércio em geral, como se observa na Tabela 24.

Tabela 24: Índice real de vendas no comércio (Janeiro 1990=100)

	Meses	Mar/90	Mar/92	Δ%
COMÉRCIO EM GERAL		88,8	51,7	-41,8%
RAMO MOLE		89,8	54,5	-39,3%
Bens de consumo imediato		90,8	55,8	-38,5%
- Combustíveis / Lubrificantes		105,1	173,3	64,9%
- Restaurantes		102,7	70,3	-31,5%
- Alimentos		107,3	70,7	-34,1%
- Outros bens		122,2	150,3	23,0%
Bens de consumo semidurável		96,9	60,9	-37,2%
- Vestuário, Confec. , tecidos		91,4	55,7	-39,1%
- Calçados, Malas, Cintos, Art. Couro		108,4	72,0	-33,6%
RAMO DURO		88,7	46,4	-47,7%
Bens de consumo duráveis		89,3	50,1	-43,9%
- Eletrodom., Eletr., Móveis		91,3	57,3	-37,2%
- Cine, Foto, Som e Óticas		85,0	58,9	-30,7%
- Ferra., Aces. e Equip. Ind.		143,4	115,5	-19,5%
- Outros bens		67,8	43,4	-36,0%
Material de Construção		85,2	-	

Fonte: Comércio Varejista de Salvador. Cálculo: IMIC

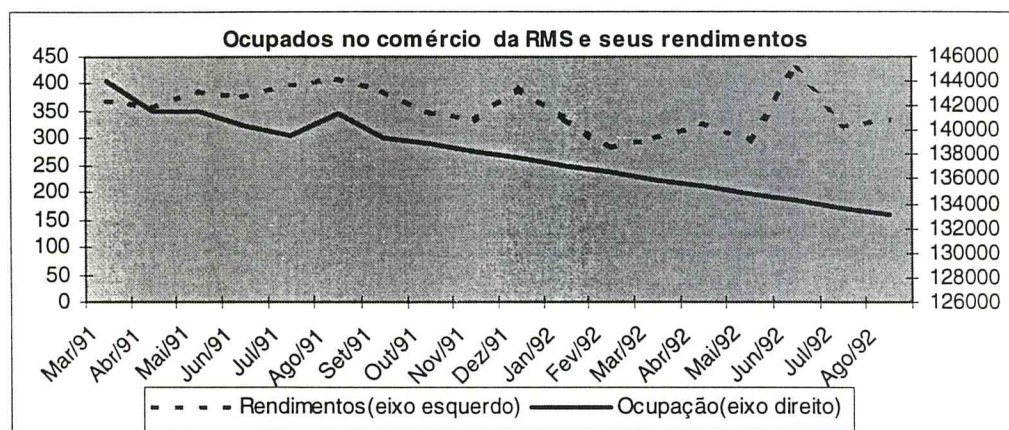
A queda do volume de vendas foi generalizada, sendo mais intensa no chamado segmento do ramo duro, com uma redução de quase 48%. Este segmento representa um maior grau de integração com a economia nacional e internacional, comercializando bens de consumo durável e bens principalmente consumidos pelos segmentos de média e alta renda. Sua queda foi mais intensa do que o ramo mole, que engloba os produtos de consumo imediato, os produtos de vestuário e calçados e os restaurantes e comércio de alimentos. Destaque-se o crescimento do comércio de combustíveis e lubrificantes que

²⁶⁷ Que representa a maior parte das vendas da RMS e do Estado da Bahia.

apresentou, no período, aumento de 65% refletindo mais a política de ajuste das tarifas do que o volume real de vendas.

No ano de 1990, as vendas no comércio varejista de Salvador podem ser consideradas com uma certa estabilidade tendendo a níveis baixos de vendas. No ano subsequente, os níveis de venda oscilaram a cada mês em torno de pequenos patamares, salvo poucas exceções, registrando quedas e aumentos sucessivos, o que caracterizou o desequilíbrio da economia brasileira marcada pela coexistência da inflação e da recessão²⁶⁸.

Figura 11 Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1991/1992



Fonte: IBGE(PME)

Os rendimentos médios dos ocupados no comércio se apresentam relativamente estáveis no ano 1991 e oscilam mais em 1992. O número de ocupados neste setor apresenta uma tendência declinante, como se pode ver na Figura 11. Neste período, as vendas caem, definindo patamares distintos de vendas em 1990 e 1991, enquanto os rendimentos dos ocupados neste setor, se mostraram com uma queda até janeiro de 1992, demonstrando uma tendência a crescimento a partir daí. Os rendimentos permaneceram estáveis até agosto de 91, quando passam a ter uma tendência de declínio, voltando a crescer em junho de 92.

²⁶⁸ Síntese Executiva, 1994

O fim do governo Collor e transição para o Real (Set/92 - Jun/94):

No período que sucedeu o governo Fernando Collor, a economia brasileira sai de uma situação recessiva para acelerar o crescimento econômico em 1994, conforme se pode ver na Tabela 25. A produção industrial brasileira cresce a taxas ainda maiores do que o PIB, tanto no país como um todo como no caso da indústria baiana, que tem o seu maior *boom* em 1993, portanto no ano anterior à expansão provocada pela estabilização do Plano Real. O comércio baiano dá um salto bastante elevado na sua produção em 1994, depois de quatro anos consecutivos de desempenho negativo.

Tabela 25: Taxa de crescimento do PIB Brasil, Bahia 1992-1994

	1992	1993	1994
PIB Brasil	-0,5%	4,9%	5,8%
Produção Industrial Brasil	-4,2%	7,0%	6,7%
PIB Bahia	1,3%	2,8%	6,7%
Comércio restaurantes e hotéis	-6,5%	-2,7%	14,7%
Industria de Transformação	5,8%	9,2%	5,1%

Fonte: SEI-Fundap

Os dados da Tabela 26 mostram que a redução dos rendimentos médios reais continuou, apesar da retomada do crescimento econômico, assim como a queda da taxa de participação parece indicar que o desemprego não explode, porque a PEA se adapta aos ciclos, minimizando as pressões da oferta de trabalho sobre o desemprego.

Tabela 26: Taxa anuais de crescimento 1992-1994

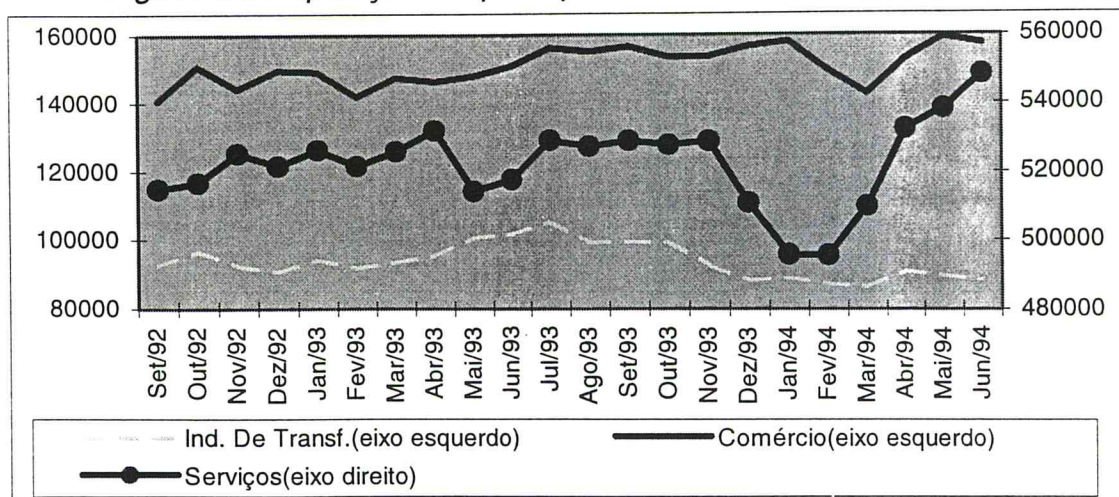
	Taxa de crescimento anual (Set/92 - Jun/94)
Rendimentos reais médios dos ocupados	-11,4%
PEA	1,9%
Taxa de Atividade	-1,0%

Fonte: IBGE -PME/ Nossos Cálculos.

Esta contenção do crescimento da ocupação também se refletiu na relativa estabilidade dos diversos setores onde os trabalhadores se ocupam, que praticamente não se alteram no período. A Figura 12 sugere que só em 1994 há algum movimento ascendente da ocupação no setor de serviços, ao tempo

em que a ocupação na indústria de transformação continua sua trajetória descendente.

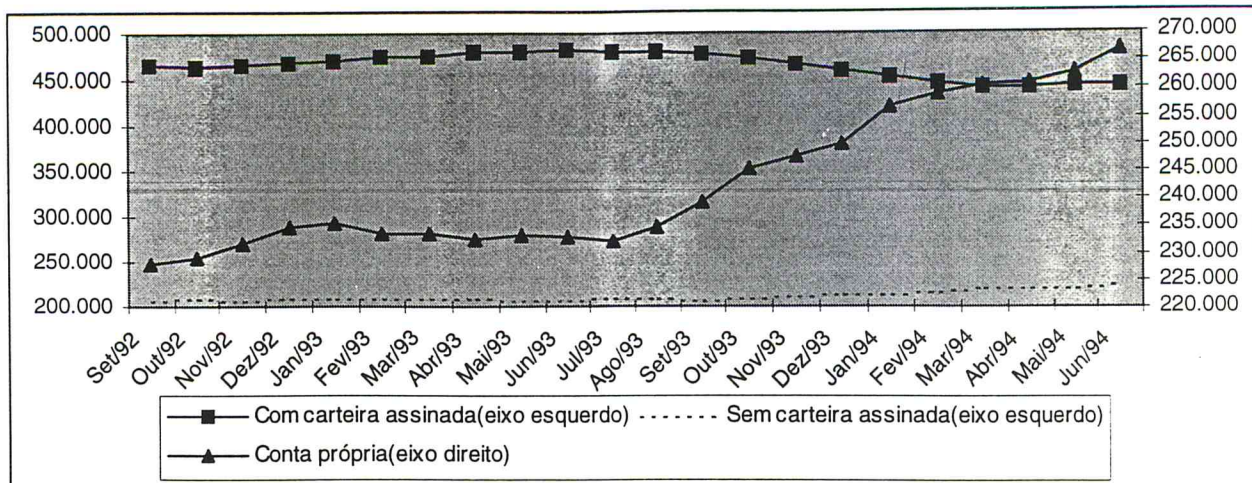
Figura 12: População ocupada por setor de atividade 1992-1994



Fonte: IBGE - PME

Quando analisam-se as diversas posições na ocupação, na Figura 13, verifica-se que o número de ocupados por conta própria aumentou, especialmente a partir do segundo semestre de 1993, enquanto as demais posições se mantiveram relativamente estáveis, com queda dos ocupados com carteira assinada a partir do final do ano de 1993. Também pode ser observado um ligeiro movimento ascendente da população ocupada como assalariados sem carteira assinada no final do período.

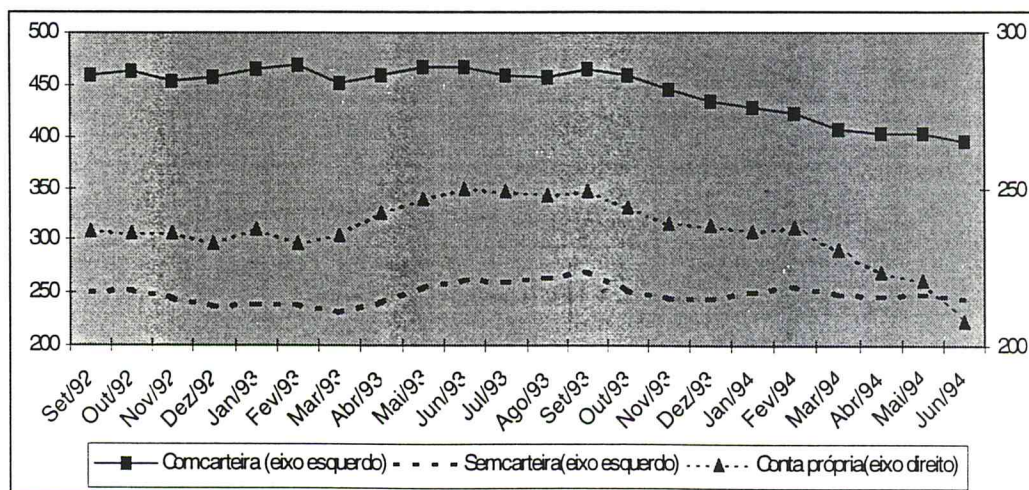
Figura 13: População ocupada por posição na ocupação 1992-1994



Fonte: IBGE - PME

Essa situação confirma a tendência para modificação no mercado de trabalho com a aumento da informalidade e das relações de trabalho mais precárias. Os rendimentos reais caíram a uma taxa anual de 11,4%, apesar do PIB estar subindo, indicando que houve apropriação de rendimentos pelos não ocupados. Os rendimentos reais dos ocupados com carteira assinada e dos ocupados por conta própria caem, enquanto os rendimentos dos sem carteira permanecem estáveis (Figura 14).

Figura 14: Rendimentos médios dos ocupados por posição na ocupação



Fonte: IBGE-PME

Distribuição de renda entre 1992 e 1993

A análise da distribuição de renda na RMS, compreendida entre o período de 1988 e 1996, foi realizada a partir de dados obtidos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios), referentes aos anos de 1988, 1989,

1990, 1992, 1993, 1995 e 1996. No ano de 1992 ocorreram mudanças metodológicas, especialmente no que se refere à conceituação de trabalho. Estes novos conceitos se mantiveram nos anos subsequentes, onde os conceitos de trabalho e de rendimento foram alterados, conforme Tabela 27²⁶⁹.

Tabela 27: Conceitos das PNADs 1990 e 1992

Conceito	1990	1992
Trabalho	Exercício da ocupação remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios; ou exercício de ocupação econômica sem remuneração, normalmente exercida durante pelo menos 15 horas por semana , em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou, ainda como aprendiz, estagiário, etc.	Exercício de ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços; ou exercício da ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; ou exercício de ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica, ou ainda em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou como aprendiz de estagiário; exercício de ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar, ou ainda exercício de ocupação desenvolvida na construção para o próprio uso.
Rendimento Mensal do trabalho	Em 1990, considerou-se como rendimento mensal de trabalho, para os empregadores e conta-própria, a retirada líquida mensal , ou quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referentes a setembro de 1990,	Em 1992, considerou-se como rendimento mensal do trabalho, para os empregadores e conta-própria: a retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro de 1992

Fonte: PNADs 1990 e 1992/IBGE. Diferenças em negrito.

A PNAD não foi realizada em 1994. Os dados da Tabela 28 mostram que o período anterior à estabilização do Plano Real manteve as mesmas tendências

²⁶⁹ Ver Economia e Sociedade, p.251

de concentração de renda do final dos anos 80. A proporção de pessoas recebendo menos de 10 salários mínimos passa de 94,9%, em 1992, para 90,4%, em 1993, enquanto a proporção dos que ganham mais de 20 salários mínimos vai de 3,4% para 5,8%, nos dois anos considerados. Para evidenciar a enorme concentração de renda que ocorre verifique-se o movimento da proporção da renda total apropriada pelos que ganham mais de 20 salários mínimos, que passa de 18,7% da renda total, em 1992, para 35,5%, um ano depois.

Tabela 28: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS (1992, 1993)

Indicadores/Anos	1992	1993
% de pessoas com menos de 2 salários	59,7	58,0
% de pessoas entre 2 e 10 salários	35,2	32,4
% de pessoas que recebem entre 10 e 20 salários	1,6	3,9
% de pessoas com mais de 20 salários	3,4	5,8
% dos rendimentos das pessoas que recebem menos de 2 salários mínimos em relação ao total de rendimentos	19,2	14,3
% dos rendimentos das pessoas que recebem de 2 a 10 salários mínimos em relação a renda total	46,5	31,8
% dos rendimentos das pessoas que recebem entre 10 e 20 salários. Em relação a renda total	15,6	18,4
% dos rendimentos das pessoas que recebem mais de 20 salários. Em relação a renda total	18,7	35,5
Razão entre o total dos rendimentos dos que recebem mais de 20 salários e o total dos rendimentos dos que recebem menos de 2 salários	1,0	2,5
Índice de Gini(1)	0,57	0,64
Salário mínimo real	168,89	143,05

Fonte: PNAD/IBGE. Azevedo, maio 1999.(7) Deflacionado pelo IPC-Salvador/SEI

Refletindo este aumento da concentração de renda, o índice de Gini aumentou de 0,57 para 0,64. O percentual das pessoas que recebem entre 2 e 10 salários também aumentou, enquanto a parcela representativa dos rendimentos que estes recebem na RMS diminuiu.

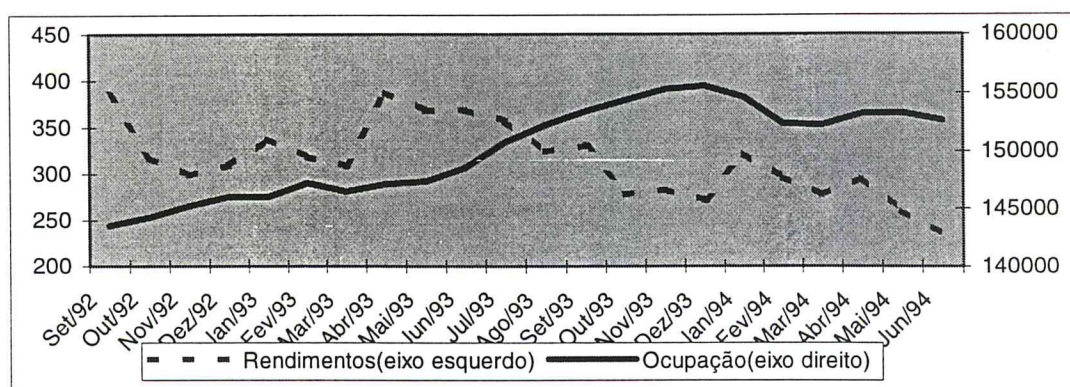
O Comércio Varejista 1992-1994

O desempenho das vendas entre setembro de 1992 e junho de 1994, também não pode ser analisado, devido a inexistência de estudos relativos à evolução

das vendas no comércio varejista. Os dados da Tabela 25 mostram que só em 1994 o comércio recupera seu crescimento.

Para os trabalhadores do setor de comércio houve queda nos rendimentos ao mesmo tempo em que cresceu a ocupação no setor, conforme se apresenta na Figura 15. Os rendimentos aparecem com movimento de queda, enquanto a ocupação cresce até dezembro de 1993, caindo no primeiro semestre de 1994, estabilizando-se posteriormente.

Figura 15: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1992-1994



Fonte: IBGE (PME)

O Plano Real e a Euforia do Consumidor (Jul/94 - Abr/95):

Neste período, a estabilidade da moeda se consolidou e houve expansão da demanda nos primeiros meses, principalmente como resultado do aumento do salário mínimo, que diminuiu fortemente o número de pessoas abaixo da linha de pobreza²⁷⁰. Em 1994, a inflação desabara de 40% a 50% ao mês no primeiro semestre, para 1% a 2% no final deste mesmo ano. A estabilidade na taxa de câmbio tornou mais difícil o turismo externo²⁷¹ e favoreceu as importações, em virtude da apreciação monetária do real em relação a outras moedas, os bens e serviços nacionais tornaram-se mais caros no mercado internacional, o que acabaria por beneficiar as importações em detrimento as exportações, gerando assim um déficit na balança comercial.

²⁷⁰ Neri, 1997.

²⁷¹ Azevedo, maio 1999.

Tabela 29: Crescimento do PIB Brasil e Bahia 1994-1995

	1994	1995
PIB Brasil	5,8%	4,2%
Produção Industrial Brasil	6,7%	1,9%
Saldo Balança Comercial ⁽¹⁾	10,0	-3,2
Bahia	6,7%	1,8%
Comércio restaurantes e hotéis	14,7%	12,0%
Industria de Transformação	5,1%	-0,5%

Fonte: SEI- Fundap ⁽¹⁾ US\$ bilhões.

Os dados da Tabela 29 mostram a aceleração do crescimento em 1994 e perda do dinamismo em 1995, com aparecimento do déficit comercial. Por outro lado, os dados da economia baiana mantêm a tendência de respostas potencializadas com defasagem aos movimentos cíclicos nacionais, apresentando em 1995 uma queda mais do que proporcional na taxa de crescimento do seu PIB estadual, assim como na sua produção industrial. No entanto, a atividade do setor de comércio, restaurantes e hotéis permanece com elevadas taxas de crescimento.

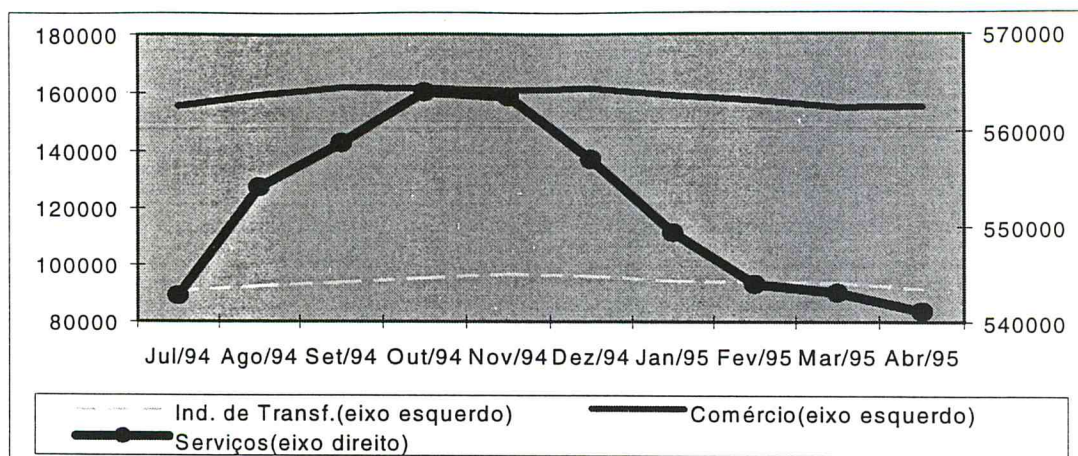
Tabela 30: Taxas anuais de crescimento mercado de trabalho 1994-1995

	Taxa de crescimento anual (Jul/94 - Abr95)
Ocupação	1,7%
Rendimentos médios reais dos ocupados	4,2%
PEA	0,2%
Taxa de Atividade	-0,7%

Fonte: IBGE - PME/Nossos Cálculos.

Os rendimentos reais médios apresentaram uma retomada do crescimento, como se vê na Tabela 30, e a ocupação cresceu mais do que a PEA, reduzindo a taxa de desemprego, ainda que a ligeira queda da taxa de participação indique que continuou o movimento de retenção na inatividade de pessoas que poderiam se tornar economicamente ativas.

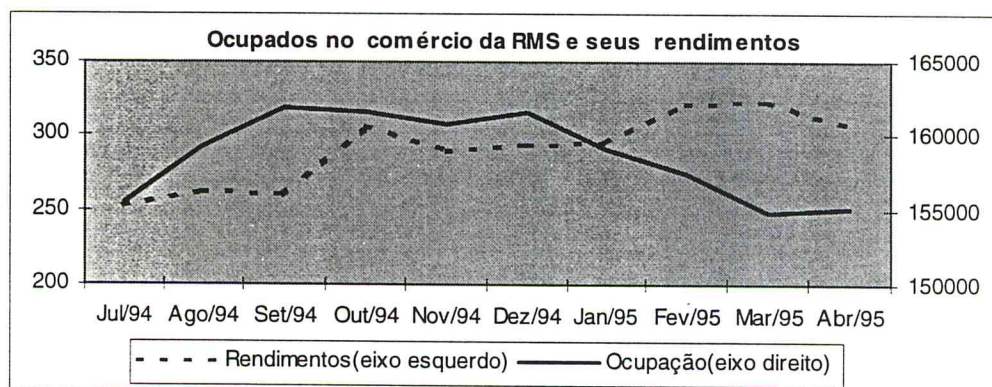
Figura 16 População ocupada por setor de atividade 1994-1995



Fonte: IBGE - PME

Comparando-se a evolução do número de postos de trabalho no comércio com os movimentos dos seus rendimentos médios, como se faz na Figura 17, verifica-se que a estabilidade dos preços pode ser associada a um contínuo movimento ascendente dos rendimentos, ainda que haja declínio na ocupação.

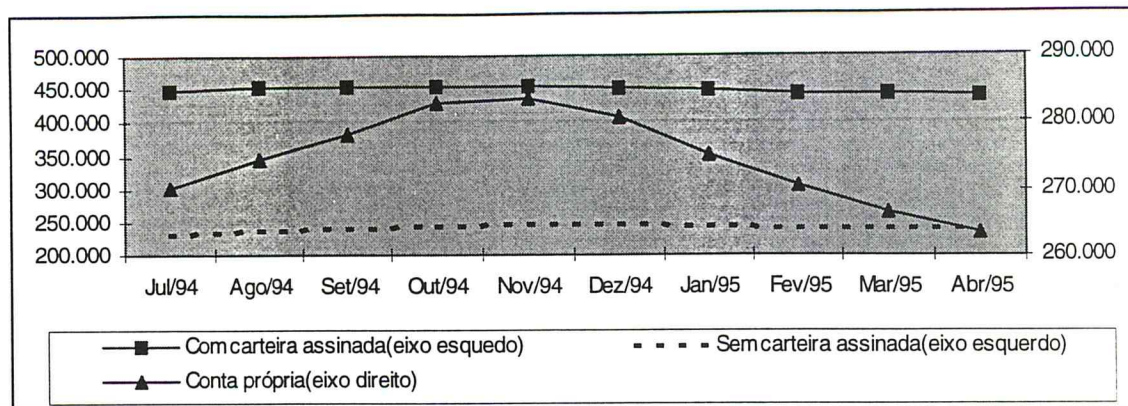
Figura 17: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1994-1995



Fonte: IBGE- PME

Modificando uma tendência que vinha se firmando nos períodos anteriores, o início do Plano Real provoca uma queda da ocupação na área de serviços, ao mesmo tempo que estabiliza a absorção de trabalhadores na indústria de transformação, conforme se observa na Figura 16. Apesar do aumento da atividade comercial, a ocupação do setor não apresentou nenhum movimento extraordinário de crescimento.

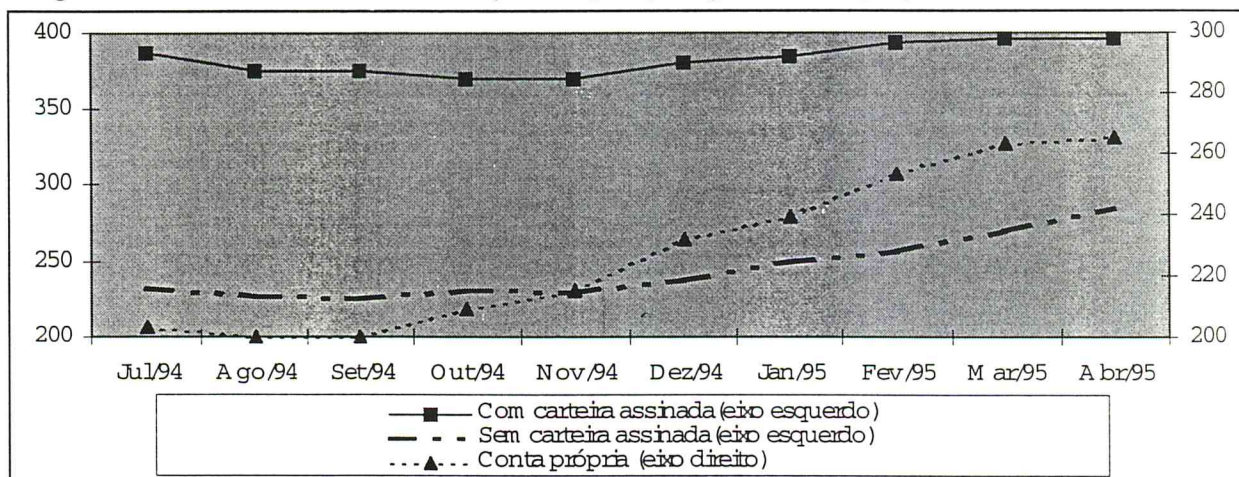
Figura 18: População ocupada por posição na ocupação



Fonte: IBGE - PME

Quanto a posição na ocupação, também aqui houve uma certa reversão de tendências, com a diminuição dos postos dos ocupados por conta própria, no fim do período como se pode observar na Figura 18. Há também um ligeiro crescimento dos assalariados sem carteira, o que pode sugerir um processo de continuidade da precarização das relações de trabalho aumentando a substituição de assalariados com carteira pelos des-regulamentados, ao invés da criação de postos de trabalho para autônomos.

Figura 19: Rendimentos dos ocupados por posição na ocupação 1994-1995



Fonte: IBGE - PME

Tanto os assalariados sem carteira e os autônomos apresentaram crescimento dos seus níveis de rendimentos médios reais, enquanto os assalariados com carteira patinavam com seus rendimentos relativamente estáveis, como representado na Figura 19.

Distribuição da renda no início do Plano Real 1995-1996

Após o Plano Real, em 1995 e 1996 a concentração de renda manteve-se relativamente estável, quando se observa o comportamento do índice de Gini que passa de 0,62, em 1995, para 0,61, em 1996, conforme apresentado na Tabela 31. A proporção de pessoas ganhando menos de 10 salários mínimos passa de 91,3%, no primeiro ano, para 89,1%, em 1996.

Neste dois anos, no entanto, a parcela da renda apropriada pelos que ganham mais de 20 salários mínimos aumenta de 33,1% em 1995 para 37,1% em 1996, fazendo com que a razão entre os rendimentos apropriados por este grupo e os rendimentos dos que ganham menos de 2 salários mínimos se elevasse de 2,2 para 3,5 vezes. Note-se, também, que a parcela dos ocupados ganhando entre 2 e 10 salários mínimos salta de 34,4% para 42,1% nos dois anos, apesar de que sua parcela nos rendimentos totais permanece relativamente estável, em torno de 34%.

Tabela 31: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS (1995 e 1996)

	Indicadores/Anos	1995	1996
	% de pessoas com menos de 2 salários	56,9	47,0
	% de pessoas entre 2 e 10 salários	34,4	42,1
	% de pessoas que recebem entre 10 e 20 salários	3,4	4,6
	% de pessoas com mais de 20 salários	5,2	6,3
	% dos rendimentos das pessoas que recebem menos de 2 salários mínimos em relação ao total de rendimentos	15,1	10,5
	% dos rendimentos das pessoas que recebem de 2 a 10 salários mínimos em relação a renda total	34,1	34,8
	% dos rendimentos das pessoas que recebem entre 10 e 20 sal. Em relação a renda total	17,6	17,6
	% dos rendimentos das pessoas que recebem mais de 20 sal. Em relação a renda total	33,1	37,1
	Razão entre o total dos rendimentos dos que recebem mais de 20 salários e o total dos rendimentos dos que recebem menos de 2 salários	2,2	3,5
	Índice de Gini(1)	0,62	0,61
	Salário mínimo real	121,83	119,4

Fonte: PNAD/IBGE. Azevedo, maio 1999. (7) Deflacionado pelo IPC-Salvador/SEI

O comércio varejista em 1994-1995

O Plano Real trouxe mudanças no comércio varejista de Salvador, com aceleração do crescimento das vendas, como pode-se ver na Tabela 32²⁷². Os dados parecem indicar uma clara diferença de comportamento no segundo semestre de 1994 e no início de 1995. Enquanto na implantação do Plano Real, as vendas dos supermercados, armazens e mercearias, das lojas de departamentos e dos combustíveis e lubrificantes e ótica, cine-foto e som, apresentavam pequenas taxas de crescimento ou mesmo declínio das vendas, os setores de produtos farmacêuticos e perfumaria, livros e material escolar e veículos já indicavam o seu movimento ascendente.

²⁷² A FACEB (Federação do Comércio do Estado da Bahia) juntamente com a Secretária da Indústria e Comércio, SEI e CDL, realizam pesquisa sobre o comércio varejista de Salvador de 1994 a 1997. As taxas de crescimento das vendas do comércio varejista são mensais e se referem ao mesmo mês do ano anterior.

No primeiro trimestre de 1995, as vendas da maioria dos setores explodem, especialmente os produtos farmacêuticos e perfumaria, os móveis, estofados e utilidades domésticas, os veículos e o material para construção, de forma bastante compatível com as mudanças no perfil da distribuição de renda já apontadas na seção anterior.

Tabela 32: Taxa de crescimento das vendas do comércio varejista de Salvador, em relação a 12 meses anteriores 1994-1995

Meses	Ago/94	Set/94	Out/94	Nov/94	Dez/94	Jan/95	Fev/95	Mar/95	Abr/95
			4		4	5	5	5	5
COMÉRCIO EM GERAL	33,3	26,9	16,6	24,9	24,0	30,0	30,1	36,1	53,2
Supermercados, Armazéns e Mercadorias	-2,1	3,1	-9,5	-1,8	2,3	4,4	-3,1	-6,4	21,6
Tecidos, Artigos de Cama-mesa e Vestuário	30,5	17,4	4,8	23,4	18,4	32,2	12,6	25,7	33,0
Combustíveis e Lubrificantes	9,7	12,6	4,3	15,0	20,4	20,2	31,6	27,3	50,3
Produtos Farmacêuticos e Perfumaria	29,9	16,8	25,7	41,1	53,6	93,2	90,6	58,2	75,7
Lojas de Departamento e Magazines	7,1	-5,1	-8,0	-17,3	-15,5	-9,9	5,0	13,6	18,0
Calçados	19,4	13,8	0,6	3,6	-3,2	8,4	1,5	-9,7	-7,4
Veículos	59,1	21,3	31,3	19,7	8,9	-1,2	27,5	73,6	49,8
Peças e Acessórios para Veículos	21,2	12,4	-32,1	-8,5	-31,0	-0,9	-9,6	10,8	16,2
Material para construção	-11,7	-15,5	-5,3	6,82	8,7	3,7	19,6	10,4	18,9
Móveis, Estofados e Utilidades Domésticas	39,7	21,1	18,8	6,7	14,8	32,1	38,1	28,5	58,1
Livros e Material Escolar	28,2	62,1	9,8	50,7	81,1	22,4	12,7	20,9	29,8
Ótica, Cine, Foto e Som	-7,7	-19,5	-3,7	-9,5	-14,7	16,7	14,8	2,3	33,6

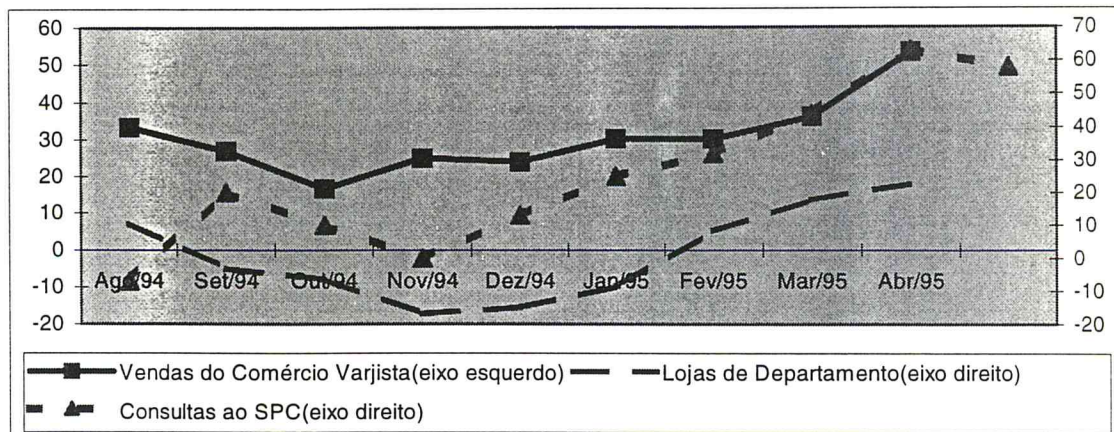
Fonte: FECEB - SICM - SEI - CDL

Até mesmo as lojas de departamentos, seguindo uma tendência mundial de declínio devido a sua estrutura, caracterizada por um custo operacional elevado, que as faz perder competitividade, obtiveram resultados positivos, principalmente em 1995. O setor de veículos aumentou suas vendas, não só pela abertura comercial, que acirrou a concorrência e introduziu novos modelos no mercado, como também pelas facilidades de financiamento.

O aumento da renda real e as facilidades dos prazos de financiamento, foram importantes fatores que fizeram aumentar o consumo. Na Figura 20 pode-se verificar a associação dos movimentos das taxas de crescimento das vendas

nas lojas de departamentos, no comércio varejista como um todo e as consultas ao SPC, como indicador *proxy* das vendas a crédito.

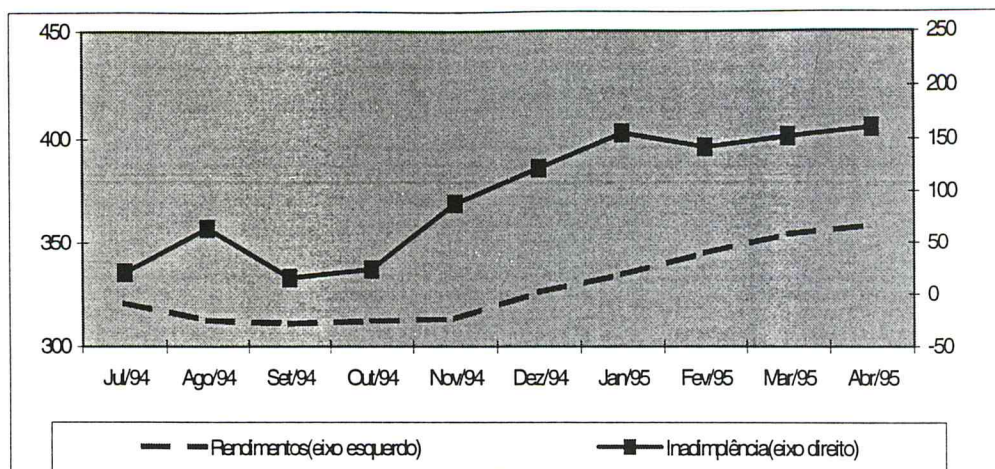
Figura 20: Taxa de crescimento das vendas do comércio varejista de Salvador, crescimento das vendas nas lojas de departamentos e consultas no SPC 1994-1995



Fonte: FECEB - SICM - SEI - CDL(SPC)

Apesar do aumento das vendas à prazo, especialmente com a utilização do cheque pré-datado, a elevação dos rendimentos médios no início do Plano Real parece ter sido um importante elemento para alavancagem das vendas. Observa-se na Figura 21, por exemplo, a similaridade dos movimentos das curvas representativas do comportamento dos rendimentos médios dos ocupados da RMS com a evolução do grau de inadimplência, sugerindo que há uma associação entre o processo de endividamento e as perspectivas de ganhos crescentes, que podem ou não se realizar, levando à inadimplência.

Figura 21: Rendimentos dos ocupados na RMS e inadimplência em Salvador 1994-1995



Fonte: IBGE(PME) - CDL

Crise global e reajustes macroeconômicos(Mai/95 - Out/97)

Depois da euforia inicial da estabilidade de preços, a crise cambial se avizinha obrigando a ajustes macroeconômicos como a elevação das taxas de juros, contração do crédito e progressiva e lenta desvalorização da taxa de câmbio. As taxas de crescimento declinam e a situação do mercado de trabalho se agrava.

Tabela 33: Taxa de crescimento do PIB Brasil, Bahia 1995-1997

	1995	1996	1997
PIB Brasil	4,2%	2,8%	3,7%
Produção Industrial Brasil	1,9%	3,7%	5,5%
PIB Bahia	1,8%	3,9%	
Comércio restaurantes e hotéis	12,0%	6,3%	
Industria de Transformação	-0,5%	4,1%	

Fonte: SEI-Fundap..

A situação do mercado de trabalho se agravou bastante neste período com a PEA crescendo a taxas superiores à ocupação, ampliando as taxas de desemprego por insuficiência da geração de postos de trabalho, apesar de que os rendimentos médios dos que continuam ocupados tenham se elevado, como se vê na Tabela 34.

Tabela 34: Taxas anuais de crescimento mercado de trabalho 1995-1997

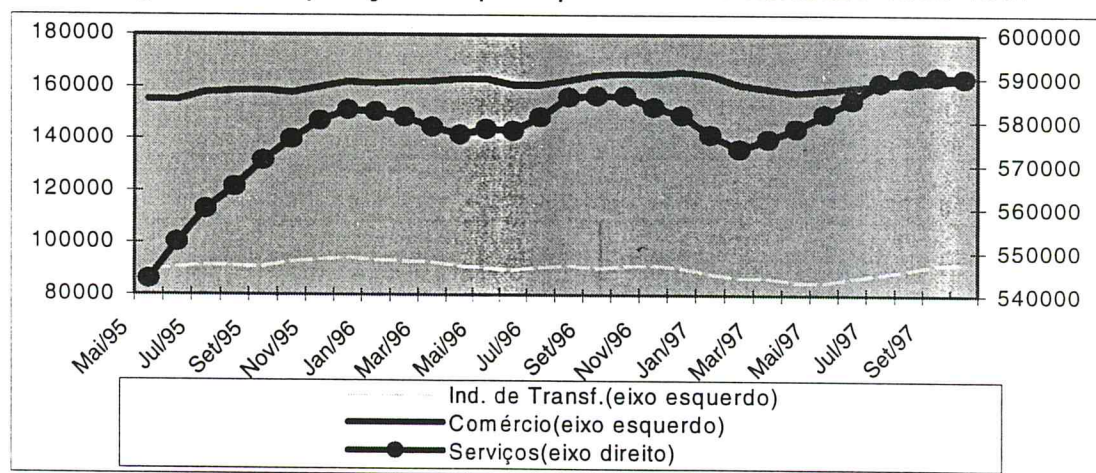
	Taxa de crescimento anual (Mai/95 - Out/97)
Ocupação	2,7%
Rendimentos médios reais dos ocupados	4,4%
PEA	3,3%
Taxa de Atividade	0,1%

Fonte: IBGE - PME/Nossos Cálculos.

Os dados também mostram um pequeno movimento ascensional da taxa de atividade econômica, indicando aumento da oferta de trabalho em ritmo superior à chegada de pessoas à idade ativa, ainda que o efeito sobre a taxa de participação seja quase imperceptível.

Do ponto de vista setorial, a ocupação no setor de serviços volta a crescer em 1995, estabilizando-se em 1996 e 1997, ainda que hajam indicações de uma nova retomada do crescimento no final do período, conforme se pode observar na Figura 22. A indústria de transformação reduz sua participação no PIB baiano em 1995 com uma queda de produção de 0,5%, em decorrência das medidas de contenção de demanda do governo, e de fatores regionais, como a greve dos petroleiros em 1995, retomando seu crescimento em 1996.

Figura 22: População ocupada por setor de atividade 1995-1997

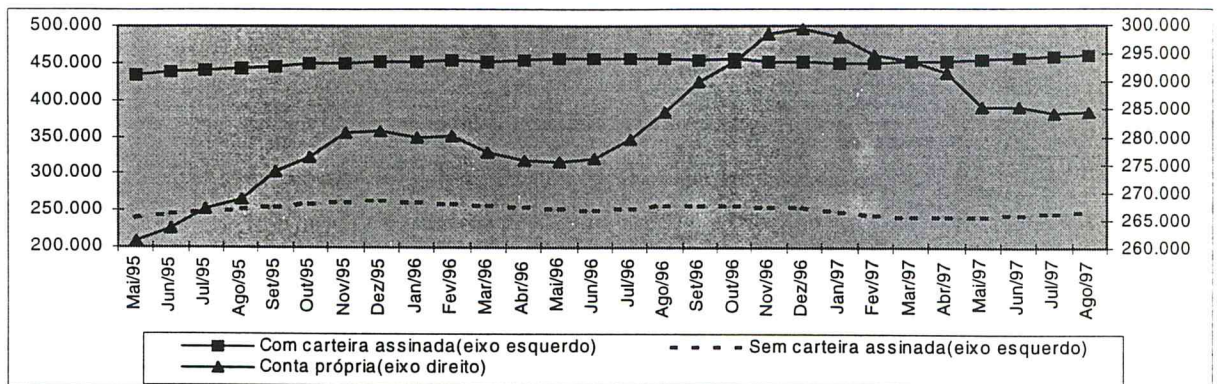


Fonte: IBGE - PME

Enquanto a ocupação cresce no setor de serviços e no comércio refletindo o aprofundamento do processo de terciarização das economias urbanas e as mudanças nas relações de trabalho que terceirizam várias etapas da produção industrial, observa-se, na Figura 23, que este movimento setorial também foi

acompanhado pelo incremento da ocupação dos conta – própria até 1996, havendo um certo declínio no início de 1997.

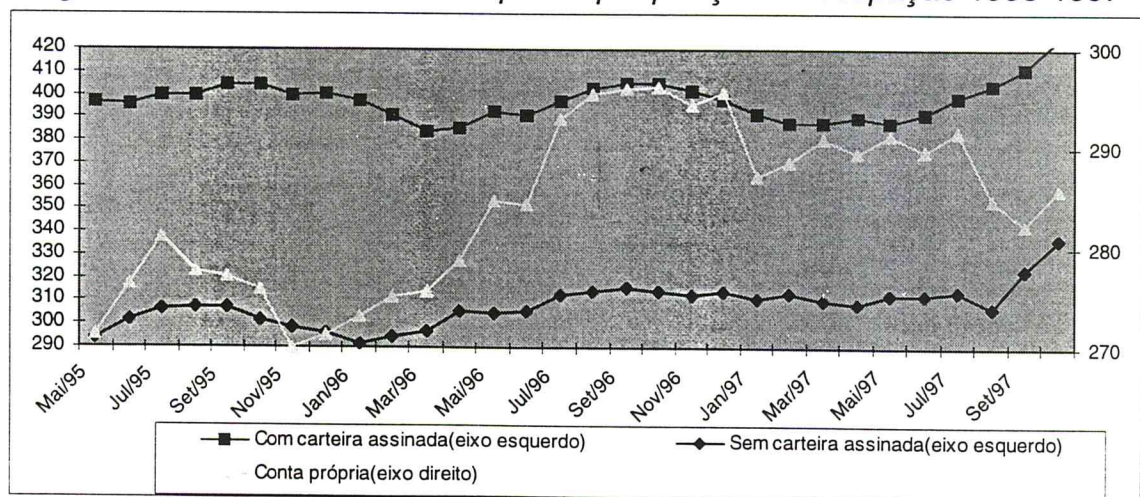
Figura 23: População ocupada por posição na ocupação



Fonte: IBGE – PME

Este movimento declinante da ocupação autônoma, ocorre simultaneamente a uma pequena retomada do crescimento das posições de assalariados com carteira assinada. Ao analisar o comportamento dos rendimentos reais médios, na Figura 24, destaque-se que a perda do dinamismo das ocupações de conta – própria coincide com a queda dos seus rendimentos, assim como há sinais de que os ganhos dos trabalhadores assalariados em geral e particularmente aqueles com carteira assinada apresentam tendências a melhorias de rendimentos, no segundo semestre de 1997.

Figura 24: Rendimentos dos ocupados por posição na ocupação 1995-1997



Fonte: IBGE - PME

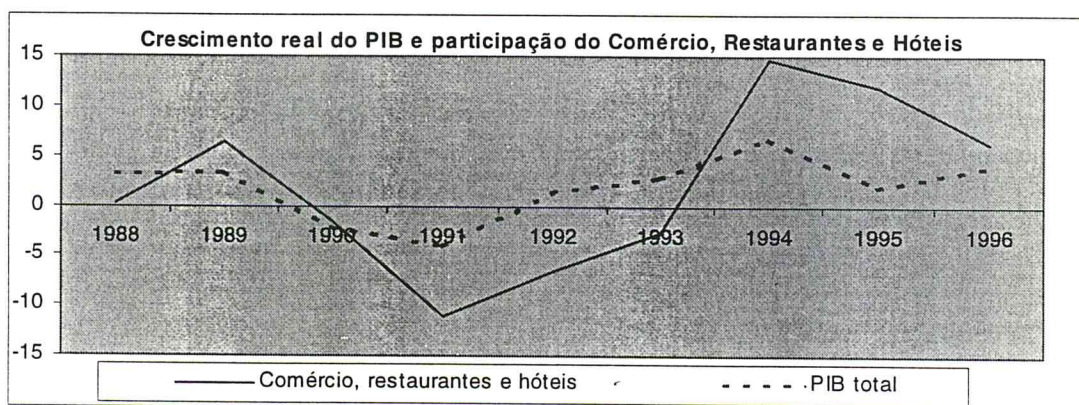
Neste período, o PIB cresceu, aumentando também a ocupação, principalmente no setor de serviços, seguindo uma tendência verificada no

início da década. A participação dos ocupados por conta-própria aumentou, assim como os seus rendimentos.

Comércio Varejista pós-Plano Real 1995-1997

Do ponto de vista da produção setorial convém destacar que o setor de Comércio, Restaurante e Hotéis, importante empregador na RMS, apresentou, ao longo dos dez anos considerados, um comportamento pró-cíclico potencializado, ainda que venha desempenhando um papel estabilizador neste período de ajuste pós-Plano Real, conforme se pode observar na Figura 25. A participação do setor Comércio, Restaurantes e Hotéis no PIB baiano, acompanhou o movimento do PIB do estado como um todo, sendo que, caiu mais do que este último nos períodos recessivos e cresceu mais nos períodos de recuperação econômica. Observa-se que nos períodos recessivos da economia nacional, as vendas do comércio varejista sofreram reduções, ocorrendo o contrário, nos períodos de crescimento.

Figura 25: Crescimento real do PIB e do setor de Comércio, Restaurantes e Hotéis 1988-1996



Fonte: SEI

As vendas do comércio varejista que se expandiram bastante no início do Plano Real, estabilizam-se em patamares menores depois dos ajustes de 1995, como se pode ver na Figura 26. As medidas de ajuste macroeconômico, adotadas no início do ano de 1995, foram importantes para mudança do patamar do crescimento das vendas em 12 meses, porém a estabilidade dos preços conseguida no período pós-junho de 1994, também pode ser creditada como explicação para a estabilização das vendas.